INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MILTON LUIZ BARROSO ANTERIO

LETRAMENTO ACADÊMICO PARA A ÉTICA EM PESQUISA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Rio de Janeiro
24 de fevereiro de 2025

A627l Anterio, Milton Luiz Barroso
Letramento acadêmico para a ética em pesquisa na educação profissional e tecnológica. / Milton Luiz Barroso Anterio. – Mesquita: IFRJ, 2025.
91f.: il. color.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). / Campus Mesquita, 2025.

. Orientadora: Prof. Dra. Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel
.

1. Educação profissional. 2. Ética em pesquisa 3. Letramento acadêmico I. Maciel, Alda Maria Coimbra Aguilar. II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. IV. Título.

IFRJ/CMESQ CDU 331.363

Ficha catalográfica elaborada por
Thais da Silva Alves
CRB7 / 6200.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MILTON LUIZ BARROSO ANTERIO

LETRAMENTO ACADÊMICO PARA A ÉTICA EM PESQUISA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 24 de fevereiro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
ALDA MARIA COIMBRA AGUILAR MACIEL
Data: 02/04/2025 16:10:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANA CAROLINA RIGONI CARMO
Data: 02/04/2025 11:16:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo

Colégio Pedro II

Documento assinado digitalmente
gov.br
KATIA REGINA XAVIER DA SILVA
Data: 02/04/2025 10:56:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Kátia Regina Xavier da Silva

Colégio Pedro II

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MILTON LUIZ BARROSO ANTERIO

LETRAMENTO ACADÊMICO PARA A ÉTICA EM PESQUISA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 24 de fevereiro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
ALDA MARIA COIMBRA AGUILAR MACIEL
Data: 02/04/2025 16:10:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANA CAROLINA RIGONI CARMO
Data: 02/04/2025 11:16:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo.

Colégio Pedro II

Documento assinado digitalmente
gov.br
KATIA REGINA XAVIER DA SILVA
Data: 02/04/2025 10:56:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Kátia Regina Xavier da Silva

Colégio Pedro II

Dedico este trabalho ao meu pai (in memoriam) e ao meu filho Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Viviane, o amor da minha vida. Obrigado pelo amor, cumplicidade, parceria e paciência durante esse processo e por acreditar em mim, quando nem eu mesmo acreditava. Mas sobretudo pelo nosso filho, meu mais importante tesouro.

À minha mãe, minha maior incentivadora, a que primeiro me amou e me deu condições de chegar aonde estou. A ela devo minha vida.

À minha orientadora Alda, o maior presente que o mestrado poderia me dar. Essencial para que eu tenha chegado aqui e concluído esse processo. Mais do que uma professora, uma amiga que espero levar para minha vida. Sempre faltarão palavras para descrever minha gratidão e a dimensão de sua importância nesse processo.

À minha irmã, eterna parceira da jornada da vida e presente em todos os momentos da minha caminhada.

Aos meus colegas do Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II, sobretudo Kátia Xavier, Nathália Bastos e Rogério Mendes. Grandes amigos da vida, incentivadores, mentores e companheiros de jornada profissional.

A todos os membros da banca. Aos já citados Kátia e Rogério, à professora Ana Carolina Rigoni e ao professor Raphael Argento. Obrigado pelo apoio e disponibilidade em contribuir com este trabalho.

Por fim agradeço ao IFRJ e a todo seu corpo docente pela oportunidade de cursar o mestrado e por fornecer as ferramentas necessárias ao desenvolvimento deste trabalho. E ao Colégio Pedro II, pelo suporte e estrutura na construção do Produto Educacional.

“A condição essencial para a felicidade é
ser humano e dedicado ao trabalho.”
Leon Tolstói

RESUMO

A presente pesquisa, originada na prática cotidiana de secretariado em um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), foi motivado pela observação das dificuldades enfrentadas por pesquisadores do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no processo de revisão ética, sobretudo na submissão de seus protocolos de pesquisa à Plataforma Brasil. Essa dificuldade está intrinsicamente associada à escassez de material de qualidade que promova o Letramento Acadêmico nesta prática institucional. A pesquisa, de enfoque qualitativo, teve como propósitos centrais, no que se refere ao processo de revisão ética, investigar e identificar os principais desafios enfrentados pelos pesquisadores que atuam na área da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Com base nestes resultados, elaborou-se o produto educacional, um curso de extensão, que visa colaborar para o Letramento Acadêmico de pesquisadores e garantir o êxito no que se refere aos aspectos éticos gerais das pesquisas com seres humanos e, aos procedimentos burocráticos relacionados à Plataforma Brasil. O público-alvo dessa pesquisa foram pesquisadores da EPT, seja na condição de discente ou docente, além dos discentes egressos, tendo como principal critério de inclusão a submissão pretérita de projetos à revisão ética. A escolha deste grupo deveu-se ao fato de que esse público já possuía experiência com o processo, de forma que pôde contribuir para a identificação de obstáculos que subsidiaram a elaboração do produto educacional. Para a obtenção dos dados foram utilizados questionários e as informações obtidas com estes instrumentos de geração de dados foram submetidas a uma análise abrangente realizada por meio da metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). O curso de extensão para ética em pesquisa com seres humanos pretende ser um conscientizador a respeito da relevância social dos aspectos éticos envolvendo as pesquisas e terá orientações a respeito da submissão de projetos à Plataforma Brasil. Após sua realização, foi submetido à avaliação dos alunos participantes desse curso e, com o resultado dessas propostas, foram realizadas as adequações para sua replicação posterior com vistas à continuidade e regularidade de sua disponibilização ao seu público-alvo.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Ética em Pesquisa; Letramento Acadêmico; Plataforma Brasil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEFETEQ – Centro Federal de Educação Tecnológica de Química

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

ENCEP – Encontro Nacional de Ética em Pesquisa

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFBaiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

ISSN – International Standard Serial Number

Libras – Língua Brasileira de Sinais

ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PROPGPEC – Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RCLE – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

SISNEP – Sistema Nacional de Ética em Pesquisa

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos *campi* das instituições que compõem a RFEPCT

Figura 2 – Dados estatísticos dos CEP no Brasil

Figura 3 – Criação de Conta do Pesquisador

Figura 4 – Informações Preliminares

Figura 5 – Área de Estudo

Figura 6 – Desenho do Estudo/Apoio Financeiro

Figura 7 – Detalhamento do Estudo

Figura 8 – Outras Informações

Figura 9 – Finalizar

Figura 10 – Parecer inicial

Figura 11 – Experiência com a Plataforma Brasil

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Auxílio na tramitação

Quadro 2 – Tempo de tramitação

Quadro 3 – Relato de experiência

Quadro 4 – Frequência de palavras

Quadro 5 – Conteúdo do curso

Quadro 6 – Avaliação do produto

Quadro 7 – Contribuições para aperfeiçoamento do produto educacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10
2. PROBLEMA DE PESQUISA 14
3. OBJETIVOS 14
3.1 OBJETIVO GERAL 14
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 14
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 14
4.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 15
4.1.1 Conceitos de Educação Politécnica e Omnilateral 16
4.1.2 O papel dos Institutos Federais nas pesquisas e sua contribuição para o mundo dotrabalho 17
4.2 HISTÓRICO DA ÉTICA EM PESQUISA 19
4.2.1 Ética 19
4.2.2 Marcos históricos das pesquisas com seres humanos 20
4.2.3 Principais documentos, normas e diretrizes internacionais 23
4.2.4 Sistemas de Revisão Ética 24
4.3 ÉTICA EM PESQUISA NO BRASIL 25
4.3.1 Principais normativas 25
4.4.1.1. Resolução CNS 01/88 25
4.4.1.2 Resolução CNS 196/96 26
4.4.1.3 Resolução CNS 466/12 28
4.3.1. Resolução CNS 510/16; 29
4.4.2 Sistema CEP/CONEP 30
4.4.2.1 A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa 30
4.4.2.2 Estrutura e funcionamento dos Comitês de Ética no Brasil 31
4.4.2.3 A importância dos CEP nos Institutos Federais de Educação 33
4.4.2.4 Plataforma Brasil 33
4.4 LETRAMENTO ACADÊMICO 34
5. METODOLOGIA DE PESQUISA 35
6. ETAPAS DA PESQUISA 37
6.1 PROCESSO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 37
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES 38

7.1 ANÁLISE E DISCUSSÕES 53
7.1.1 Processo de Submissão 53
7.1.2 Experiência com o CEP e uso da Plataforma Brasil 59
8. PRODUTO EDUCACIONAL 63
8.1 Curso de extensão 63
8.1.1 Conteúdo Programático 64
8.2 Palestra 66
8.3 Avaliação do Produto Educacional 66
8.4 Avaliação das palestras 67
9. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS 72
10. REFERÊNCIAS 74
APÊNDICE A – RCLE 82
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS 1 84
APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS 2 88
APÊNDICE D – ACESSO AOS SLIDES DO PRODUTO EDUCACIONAL: *LETRAMENTO ACADÊMICO PARA A ÉTICA EM PESQUISA NA EPT* 90

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da EPT, pude iniciar minha experiência ao ingressar no curso técnico integrado de Controle Ambiental no Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (CEFET-Química), Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) Nilópolis, justamente na fase de transição e instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada por meio da lei nº 11.892 de 2008. As instituições federais da rede, de acordo com Pereira (2017) têm como atribuições a preparação de profissionais em diversos níveis, abrangendo desde os cursos de qualificação básica até os de pós-graduação *stricto sensu*. Essa preparação se dá nas três dimensões: ensino, pesquisa e extensão. Indo mais além, no próprio texto da Constituição da República Federativa do Brasil, temos a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão como um princípio a ser seguido nas universidades e Institutos Federais, em todos os níveis educacionais. Se faz necessária, para uma formação completa, por meio do ensino e sua aplicabilidade na pesquisa a expansão desse conhecimento à comunidade externa mediante a oferta de atividades de extensão.

Ainda segundo Pereira (2017), os Institutos Federais desempenham importantes atribuições no que tange o desenvolvimento em sentido amplo: não só dos indivíduos nos diferentes estágios de suas trajetórias acadêmicas e profissionais, mas também da sociedade numa perspectiva holística que abarque modificações estruturais nas dimensões econômica, social, ambiental e política.

Julgo como completa a formação disponibilizada pelo IFRJ para o desempenho de meu ofício como técnico em Controle Ambiental. A grade curricular abarcando um grande espectro formativo, as dezenas de laboratórios, estágio curricular e atividades extracurriculares foram fundamentais para que eu tivesse a capacitação necessária para o exercício da minha atividade durante os dez anos nos quais atuei em laboratórios de microbiologia.

Outro destaque da minha trajetória, enquanto discente do IFRJ, foi a oportunidade de desempenhar, durante aproximadamente um ano e meio, o papel de aluno monitor no laboratório de microbiologia da instituição. De acordo com edital de seleção para atuação em um laboratório de instituto federal, esta atividade:

> [...] tem como principal objetivo favorecer a qualidade das aulas práticas das disciplinas dos cursos técnicos e de graduação e promover crescimento no desempenho acadêmico dos discentes. [...] Além disso, pretende-se favorecer as políticas de permanência de discentes no Campus (IFG, 2021)

Esta vivência em laboratório foi meu primeiro contato, de fato, com o mundo do trabalho (inclusive com a percepção de remuneração em formato de bolsa). Não restam dúvidas sobre a importância desta etapa, e que os objetivos pretendidos pela instituição e por mim foram alcançados, visto que todos os empregos formais investidos posteriormente foram fruto desta experiência em meu currículo.

O IFRJ, por mais que não tivesse totais ferramentas e fosse limitado pela própria estrutura social, política e econômica da nossa sociedade, buscou, dentro de suas possibilidades, a formação humana e integral de seus alunos. Dentro de minha história neste período, além de todo conhecimento adquirido com as disciplinas voltadas para a atividade profissional, que forneceram uma excelente capacitação para meu desenvolvimento como técnico, meus colegas e eu tivemos acesso a propostas didáticas que iam muito além do exigido pelo mercado de trabalho capitalista da sociedade na qual estamos inseridos. Havia o oferecimento de atividades extracurriculares, prática de esportes variados como por exemplo, natação, atletismo, esportes de quadra e musculação, além de diversos eventos e atividades culturais.

Retornar à Rede Federal para cursar uma pós-graduação, 13 anos após obtenção do diploma de técnico, é motivo de muita felicidade e, de certa forma, orgulho. Somando isso, ao fato de ser em um campus na minha cidade de origem, onde nasci e vivi praticamente minha vida inteira, potencializa ainda mais estes sentimentos. Outro fator motivacional na busca pelo mestrado ProfEPT é a possibilidade de poder me aprofundar no tema da EPT, fundamental em minha trajetória de vida e já citado neste texto introdutório.

Quanto à minha trajetória profissional, no ano de 2018, houve o ponto de virada mais importante até então. Obtive a aprovação no concurso público do Colégio Pedro II para provimento do cargo de assistente em administração. Além da imensa alegria por tornar-me servidor público, pude adentrar no mundo da ética em pesquisa ao ser lotado como secretário do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Colégio Pedro II.

Os CEP, de acordo com a definição apresentada na Resolução CNS nº 466/12, são grupos consultivos, deliberativos, e educativos independentes, formados por especialistas de diversas áreas e de relevância pública, estabelecidos com o propósito de proteger a integridade e a dignidade dos participantes da pesquisa, além de promover o avanço da pesquisa de acordo com princípios

éticos. O Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa traz como algumas das principais atribuições desse colegiado:

> revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas e emitir parecer consubstanciado por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, identificando com clareza o ensaio, documentos estudados e data de revisão (Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa, 2015, p. 98).

O secretário é encarregado das incumbências administrativas do CEP na Plataforma Brasil, desempenha funções que abrangem, mas não se limitam a: prestar assistência aos pesquisadores na recuperação de senhas de acesso, elaborar pautas e atas das reuniões do colegiado, participar ativamente das sessões do CEP, gerenciar o ingresso e a saída de membros do comitê, bem como estabelecer vínculos com as instituições atendidas pelo CEP, dentre outras atribuições.

Responsável pelo estágio inicial da avaliação dos projetos de pesquisa no âmbito do CEP, o secretário realiza a verificação documental na Plataforma Brasil, tendo a prerrogativa de emitir notificações preliminares antes da avaliação ética propriamente dita. Uma vez concluída esta verificação e estando aprovado o projeto, o secretário realiza a indicação inicial do relator ou relatora, considerando tanto a afinidade temática com a linha de pesquisa, quanto a competência técnica deste relator (Brasil, 2007).

A Plataforma Brasil é um sistema eletrônico, instituído em 2011 pelo Governo Federal, desenvolvido com o objetivo de sistematizar os protocolos de pesquisa que abrangem estudos envolvendo seres humanos em todo o território nacional (Batista, 2017). É por meio desta plataforma que é realizada a submissão pelos pesquisadores e análise pelo CEP, dos protocolos de pesquisas submetidos a análise.

Exercendo esta função de secretário, com a prática cotidiana de análise documental e participação nas reuniões do colegiado, pude observar as dificuldades dos pesquisadores na submissão de projetos e no cumprimento de alguns requisitos básicos para a realização da análise e obtenção do parecer de aprovação. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), junto aos CEP espalhados pelo Brasil divulgam materiais de apoio, porém, estes materiais parecem insuficientes diante da quantidade de pendências encontradas.

Outro ponto de preocupação observado e que se relaciona com o apresentado no parágrafo anterior é a redação e preenchimento dos dados dos projetos na Plataforma Brasil por parte dos pesquisadores. Em minha experiência profissional, tenho observado uma dificuldade que pode ser atribuída a lacunas na formação educacional, à insegurança dos indivíduos ou,

ainda, à negligência em relação ao processo de revisão ética. O fato é que nos últimos anos, no contexto brasileiro, observa-se uma crescente preocupação por parte de pesquisadores em relação às habilidades de leitura e escrita dos estudantes que ingressam no ensino superior. Pesquisas recentes evidenciam que os estudantes calouros enfrentam desafios significativos ao tentarem produzir gêneros textuais típicos da esfera acadêmica (Oliveira, 2009).

Parte destes estudantes de graduação levam essas deficiências na escrita acadêmica para a pós-graduação e lá são desafiados constantemente a se adequarem as normas e linguagens da academia. Brambila (2022, p. 82) afirma que:

> Seria minimamente impreciso considerar que essa dimensão complexa se construa apenas dentro dos dois anos de mestrado ou dos quatro anos de doutorado, tomando os prazos usualmente aplicados no Brasil. Tal como um processo histórico, social e ideologicamente situado, a produção textual na pós-graduação requer que aprendizados, vivências e, sobretudo, valorações sobre a escrita que foram alimentados em etapas formativas anteriores (escola básica e graduação) emerjam e sejam confrontados pelas relações dialógicas com as alteridades (em diferentes níveis hierárquicos e de relação) e pela árdua tarefa de se tornar mestre ou doutor.

Sendo assim, ao correlacionar os dois fatores, foi decidida a abordagem da problemática de submissão de projetos à Plataforma Brasil sob o prisma do Letramento Acadêmico, que se concentra principalmente na diversidade e singularidade das práticas institucionais e em como os alunos se apropriam dessas práticas, passando a fazer sentido para eles (Lea; Street, 2006). Além disso, as práticas de Letramento Acadêmico consideram essencialmente a trajetória de letramento dos estudantes, suas identidades sociais e o processo de aculturação que ocorre quando o aluno adota um novo discurso ou código linguístico (Oliveira, 2009).

Foi a partir de todas estas considerações e das observações realizadas em minha atividade laboral que surgiu a ideia do meu projeto no ProfEPT. Pretendeu-se, portanto, com esta pesquisa, identificar as principais dificuldades observadas pelos pesquisadores em EPT no percurso ético do seu processo de pesquisa. A partir das evidências encontradas foi elaborado um produto educacional no formato de curso de extensão que servirá de auxílio para os pesquisadores em suas vivências futuras na área da pesquisa. Esse projeto está inserido na linha de pesquisa de Práticas Educativas em EPT, em seu Macroprojeto 1, que discute propostas

metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT (IFES, 2023).

2. PROBLEMA DE PESQUISA

Tendo em vista os obstáculos enfrentados por pesquisadores da EPT, a pesquisa em tela investigou como promover o Letramento Acadêmico, em especial para o exercício da ética em pesquisa, entre os pesquisadores da pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Promover o Letramento Acadêmico de pesquisadores da EPT por meio de um curso de extensão sobre os princípios éticos em pesquisa e a submissão de protocolos de pesquisa à Plataforma Brasil.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar uma revisão abrangente da literatura sobre as práticas éticas em pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica;
- Analisar as necessidades e desafios enfrentados pelos pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica no que diz respeito à compreensão e aplicação dos princípios éticos em seus processos de pesquisa e a submissão de protocolos de pesquisa à Plataforma Brasil;
- Desenvolver um curso de extensão que promova a compreensão dos princípios éticos em pesquisa;
- Realizar melhorias no produto educacional com base nas evidências coletadas durante o processo avaliativo pelos participantes do curso.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo em vista o programa de mestrado ProfEPT estar inserido no âmbito da EPT, como o próprio nome já afirma, serão abordados, neste capítulo, os pilares teóricos que fundamentam esta temática. A primeira seção versará acerca das bases conceituais que direcionam o programa, a concepção marxista de trabalho e educação, os diferentes conceitos de educação

profissionalizante e a importância de a escola desenvolver o ser humano em todas as suas dimensões. Será refletido também o papel que os Institutos Federais desempenham nessa tarefa.

Em seguida, visto que o projeto também trata sobre a ética em pesquisa, teremos uma introdução sobre o conceito de ética. Já as seções consecutivas tratarão sobre a ética em pesquisa propriamente dita, desde o histórico e o desenvolvimento da temática num contexto global, até o início das discussões no Brasil e a criação dos CEP.

Nos objetivos deste projeto, destacamos a importância do Letramento Acadêmico na formação do pesquisador da EPT e em como podemos utilizar essa abordagem para melhor desenvolver junto aos discentes a temática da ética em pesquisa e a revisão ética dos projetos. Sendo assim, finalizamos este capítulo abordando alguns conceitos de Letramento Acadêmico e sua relevância no cenário formativo.

4.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Numa perspectiva capitalista, de acordo com Frigotto (2009) o conceito de trabalho, ao longo do tempo, foi progressivamente limitado à sua manifestação como emprego remunerado. Porém, o trabalho não deve se resumir somente ao emprego formal. Frigotto (1989) destaca que o trabalho tem um princípio educativo e para que isso ocorra é necessário transcender a perspectiva utilitarista e reducionista associada a ele. Essa abordagem requer uma inversão da relação tradicional, na qual o ser humano e toda a comunidade se posicionam como os protagonistas de seu próprio desenvolvimento. Este é um processo coletivo e estruturado, destinado a empreender uma busca prática para transformar as relações sociais que frequentemente desumanizam e, por conseguinte, deseducam. A consciência crítica emerge como o primeiro elemento essencial desse processo, permitindo-nos reconhecer que é justamente dentro dessas relações sociais antigas e adversas que podemos conceber novas formas de interação, nas quais o trabalho se revela como uma expressão de vida e, portanto, como um elemento intrinsecamente educativo.

As diferentes concepções de educação tecnológica suscitam um debate cada vez mais fundamental na sociedade na qual estamos inseridos. “O trabalho foi reduzido à mercadoria de força-de-trabalho na sociedade capitalista” (Frigotto, 2008, p. 4). Essa frase sintetiza a condição a qual foi delegada à maioria dos seres humanos nas últimas décadas da história. Na realidade, o trabalho desempenha um papel fundamental como gerador de necessidades e impulsionador das múltiplas etapas de mediação na sociedade. É um fenômeno histórico, no qual os indivíduos

não possuem uma aptidão inata. À exceção das necessidades biológicas fundamentais, todos os demais aspectos que moldam a condição humana, transcendendo a dimensão puramente animal, são transmitidos e desenvolvidos por meio das relações sociais (Borges, 2017).

Para isso, faz-se necessário desenvolver o ser humano em sua completude e, dessa forma, o trabalho deve ser entendido como princípio educativo (Saviani, 2003). Para se aplicar essa concepção, um programa de mestrado como é o ProfEPT, inegavelmente, se utiliza das contribuições de Marx e sua teoria da educação omnilateral, uma abordagem mais progressista e estruturada na luta contra um projeto que se restringe a preparar e qualificar o trabalhador com base nos interesses dos empregadores (Della Fonte, 2017).

4.1.1 Conceitos de Educação Politécnica e Omnilateral

O ProfEPT tem como objetivo principal, de acordo com seu regulamento geral, fornecer educação na área da Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de gerar conhecimento e promover o desenvolvimento de produtos através da condução de pesquisas que combinam o conhecimento prático do mundo do trabalho com o conhecimento acadêmico (IFES, art. 2º, 2023).

Sendo um programa de mestrado em rede presente em todo território nacional por meio da oferta pela Rede Nacional de Educação Científica e Tecnológica (RFEPCT), leva para dentro das instituições associadas (Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica [CEFET] e Colégio Pedro II) uma oportunidade para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da EPT no país e no desenvolvimento do trabalhador em todas as dimensões humanas. Sua criação é um movimento a favor para, segundo Miranda et al (2018), superar a abordagem dualista entre trabalho e educação e para estabelecer uma educação profissional que esteja em sintonia com a formação científica e que promova a emancipação, com base no trabalho, na ciência e na cultura.

Essa concepção de educação profissional não é universal ao longo da história e, de acordo com os grupos hegemônicos ou contra hegemônicos de sua época, assumiu significados e objetivos variados. Na sociedade capitalista, como afirma Tumolu (2011), o trabalho se configura apenas como forma de produção de valores de troca. Logo, a educação da classe trabalhadora e de seus filhos, de acordo com a perspectiva do capital, tem unicamente a função de gerar mão de obra para os detentores dos meios de produção. Na perspectiva socialista, o próprio trabalho já possui princípio educativo (Saviani, 2011). Pretendia-se, nesta concepção,

de acordo com Ciavatta (2014), ser uma educação omnilateral, atingindo a formação humana em sua plenitude física, mental, cultural e política.

Educação politécnica e educação tecnológica são dois exemplos de conceitos utilizados ao longo do tempo para designar o tipo de ensino que, de acordo com Marx (2013), dá o sentido de integração entre estudo e trabalho, entre conhecimento e prática. A integração entre o Ensino Médio e a educação profissionalizante, na realidade brasileira, aparece como uma necessidade para os trabalhadores e atua como um elo para integrar o trabalho à Educação Básica, não apenas como princípio educativo, mas também como parte da economia, em conjunto com a ciência e a cultura (Ciavatta, 2014).

Já o conceito de educação omnilateral, no contexto da formação humana, inicialmente cunhado por Marx nos 'Manuscritos Econômico-Filosóficos' de 1844, está intrinsecamente ligado à visão comunista do desenvolvimento. Segundo a perspectiva marxista, a essência humana se manifesta ao se expandir para além de seus próprios limites, dando origem a novas objetividades (Della Fonte, 2017). O ser humano, de acordo com a perspectiva marxista, projeta sua essência, isto é, sua própria identidade, na totalidade do que produz. A abordagem omnilateral, que engloba todos os aspectos da vida, representa a essência do comunismo, no qual os indivíduos têm a possibilidade de apropriar-se plenamente do que produziram, incluindo sua essência materializada nas produções culturais, de maneira completa e abrangente (Della Fonte, 2017).

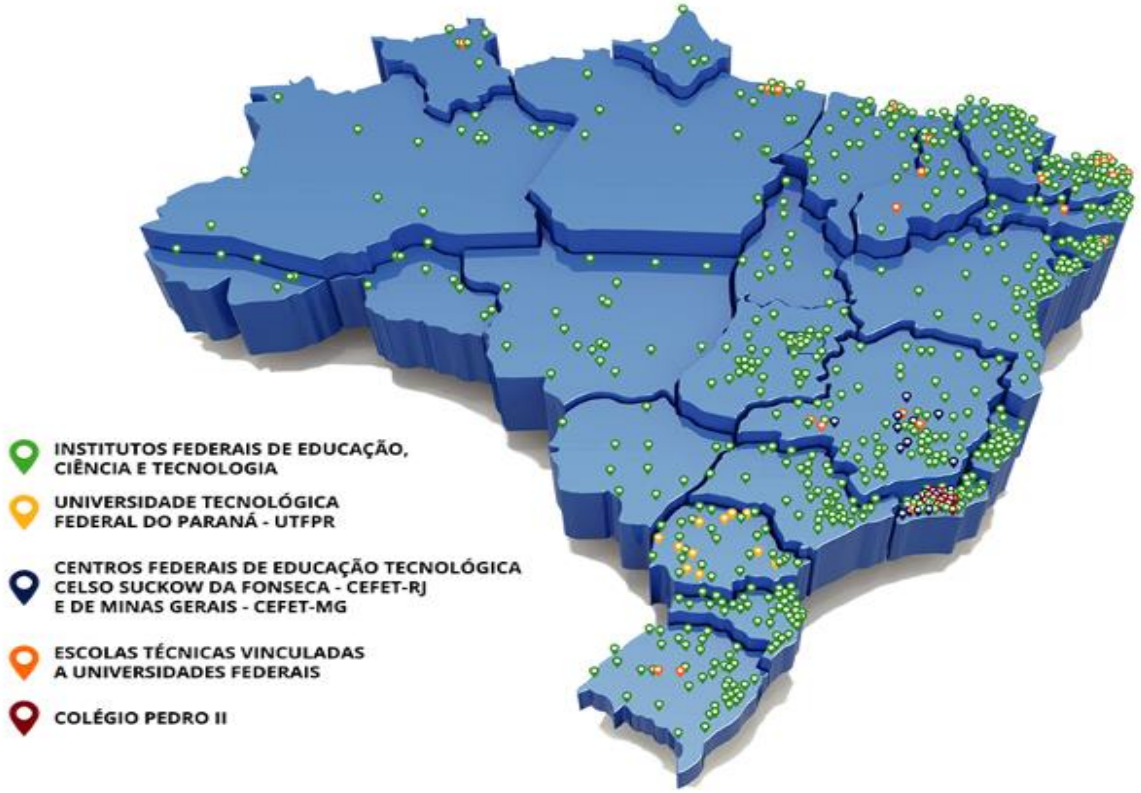
De acordo com Ciavatta (2014), o conceito de omnilateralidade na educação está relacionado a todos os aspectos da formação, humanista e científica e também à já citada superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, permitindo a formação de trabalhadores que possam também se tornar dirigentes no sentido gramsciano do termo.

4.1.2 O papel dos Institutos Federais nas pesquisas e sua contribuição para o mundo do trabalho

Os Institutos Federais possuem um papel fundamental no desenvolvimento da pesquisa científica no país. Com origem na própria legislação, que criou a RFEPCT (Brasil, 2008), têm a missão de realizar pesquisa aplicada em colaboração com os diferentes segmentos da economia, com um foco no desenvolvimento socioeconômico em nível local, regional e nacional.

Um mérito da RFEPCT é a sua distribuição por todo território nacional, garantindo parte do objetivo de levar ciência a cidadãos brasileiros de grande parte do país por meio das instituições que compõem a rede. No mapa abaixo, podemos observar como estão distribuídos as instituições e seus *campi*.

Figura 1 - Distribuição dos *campi* das instituições que compõem a RFEPCT



Fonte: Brasil (2023). Disponível em: https://encurtador.com.br/dxEJ3. Acesso em 29/10/2023.

Perucchi & Mueller (2015) destacam que os Institutos Federais foram estabelecidos com o propósito de capacitar e qualificar a força de trabalho, bem como de gerar conhecimento e aplicá-lo. Dessa forma, a divulgação científica dentro dos institutos se faz necessária para informar a sociedade sobre as atividades em curso e para contribuir no desenvolvimento e execução de estratégias de progresso. A coleta e o monitoramento dos dados também servem como um recurso valioso para o Governo Federal, permitindo-lhes entender o que está sendo produzido, como e de que forma, possibilitando a formulação de políticas e estratégias que tornem as pesquisas desenvolvidas por professores e pesquisadores dos Institutos úteis para o próprio governo, a sociedade e as empresas, em conformidade com o disposto na Lei 11.892, que deu origem aos Institutos Federais.

A pesquisa, junto ao ensino e à extensão, pode contribuir para “romper com o paradigma entre teoria e prática, ciência e senso comum, aproximando o ‘homem que pensa’ do ‘homem que executa’” (Abreu et al, 2022, p.3). Ainda segundo a mesma autora, a visão da formação humana deve estar alinhada a esses três pilares. Uma citação de Lorenzet & Andreolla (2020) resume bem a relação entre ensino, pesquisa e extensão: “ao pesquisar, alimento o ensino e a extensão; ao ensinar, posso estimular a pesquisa e a extensão; e ao praticar a extensão posso instrumentalizar a pertinência do ensino e a relevância e o direcionamento da pesquisa” (Lorenzet; Andreolla, 2020, p. 12). Os mesmos autores entendem o ensino como um conjunto de ações de aprendizagem para a construção de conhecimentos, a pesquisa envolvendo a exploração e geração de novos saberes por meio de um diálogo com a realidade e a extensão como a partilha de conhecimento e contribuição para o benefício social (Lorenzet; Andreolla, 2020).

4.2 HISTÓRICO DA ÉTICA EM PESQUISA

Nesta seção serão explorados os principais destaques históricos da pesquisa com seres humanos no mundo: experimentos e estudos que violaram direitos humanos básicos, os esforços da sociedade para a regulamentação da atividade e os principais documentos e diretrizes norteadores da prática ao longo do século XX, além de uma breve introdução sobre ética e sua relação com a EPT.

4.2.1 Ética

A formação ética se dá nos diferentes espaços formativos, mas especialmente em espaços de ensino. Ela transcende a mera reflexão em si mesma, concentrando-se, acima de tudo, em um propósito eminentemente prático, que é a ação efetiva na realidade concreta dos indivíduos (Ferreira; Bentes, 2019). No contexto da EPT, onde busca-se a formação completa, omnilateral, do indivíduo, a dimensão ética desta formação é importante e prepara o cidadão para o adequado convívio em sociedade.

Segundo Oliveira (2022), a ética é um campo da filosofia que se preocupa com a investigação dos princípios morais que orientam o comportamento humano. Ela busca estabelecer critérios e valores que norteiam as ações individuais e coletivas, visando determinar o que é moralmente certo ou errado. Os primeiros a tratarem e documentarem o assunto foram

os filósofos gregos, principalmente Aristóteles, que argumenta que a ética está relacionada à busca da felicidade e do bem-estar humano, sendo alcançada por meio da prática de virtudes morais e do desenvolvimento de hábitos virtuosos (Oliveira, 2022).

Já no século XVIII, Kant nos traz uma conceituação mais deontológica, ou seja, ação moral correta é aquela que segue determinada regra do que é certo e do que deve ser (Hermann, 2019). Ele argumenta que a moralidade não deve ser determinada por inclinações, desejos ou consequências, mas sim pela razão pura. Kant acredita que a ação moralmente correta é aquela realizada por dever, que cada indivíduo tem uma dignidade inerente que deve ser respeitada, e que todas as pessoas têm capacidade de agir de acordo com a razão. Dessa forma, a ética Kantiana enfatiza a responsabilidade individual e a obrigação de tratar todas as pessoas como fim em si mesmas, e não apenas como meio para alcançar seus objetivos.

Diversos outros teóricos como Platão (428-348 a.C), Jeremy Benthan (1748-1832), John Stuart Mill (1806 – 1836), Jean-Paul Sartre (1905 – 1980), John Rawls (1921 – 2002), Peter Singer (1946) e Martha Nussbaum (1947) teorizaram e continuam estudando os aspectos éticos pertinentes às sociedades nas quais viveram. Todo esse trabalho contribuiu para a construção do campo da ética aplicada à pesquisa.

4.2.2 Marcos históricos das pesquisas com seres humanos

Com o fim da segunda guerra mundial, foi estabelecido na cidade de Nuremberg, na Alemanha, entre os anos de 1945 e 1946 um tribunal para o julgamento das lideranças nazistas pelos crimes de guerra cometidos neste período. Posteriormente, entre 1946 e 1949 foram realizados um total de doze julgamentos, e o primeiro deles julgou os casos de médicos que realizavam as pesquisas com seres humanos nos campos de concentração nazistas (Mainardes; Cury, 2019). Em 1947 foi redigido o Código de Nuremberg, que logo em seu primeiro artigo estabelecia que:

> O consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial. Isso significa que as pessoas que serão submetidas ao experimento devem ser legalmente capazes de dar consentimento; essas pessoas devem exercer o livre direito de escolha sem qualquer intervenção de elementos de força, fraude, mentira, coação, astúcia ou outra forma de restrição posterior; devem ter conhecimento suficiente do assunto em estudo para tomarem uma decisão lúcida. Esse último aspecto exige que sejam explicados às pessoas a natureza, a duração e o propósito do experimento; os métodos segundo os quais o experimento será conduzido; as inconveniências e os riscos esperados; os efeitos sobre a saúde ou sobre a pessoa do participante, que eventualmente possam ocorrer, devido à sua participação no experimento. O dever e a responsabilidade de

> garantir a qualidade do consentimento repousam sobre o pesquisador que inicia ou dirige um experimento ou se compromete nele. São deveres e responsabilidades pessoais que não podem ser delegados a outrem impunemente (ART. 1, CÓDIGO DE NUREMBERG, 1947).

Os demais nove artigos reforçavam a ideia de o participante ter o direito de desistir de ser parte da pesquisa a qualquer momento e sem represálias, que o ensaio em humanos deve ser precedido de experimentações em animais não humanos e que pesquisas com risco de morte devem ser evitadas (Mainardes; Cury, 2019). Mas apesar de ser uma resposta contundente contra os crimes cometidos pelos médicos nazistas, o Código de Nuremberg ficou marcado mais como uma peça do julgamento, uma condenação pública e documentada contra os criminosos e menos como um documento norteador da conduta dos pesquisadores dali por diante e por isso teve pouca relevância nas pesquisas científicas que envolveram seres humanos nos anos subsequentes (Guilhem; Diniz, 2008).

Com o principal alvo do Código de Nuremberg sendo os médicos nazistas, a classe médica em geral sofreu com o desprestígio social causado pelas práticas de seus colegas alemães durante o regime hitlerista. Esse desprestígio representou uma mudança no paradigma observado até então, fazendo com que a Associação Médica Mundial, na tentativa de reaproximar ética, medicina e opinião pública, propusesse a Declaração de Helsinque, em 1964, que nada mais é que um desdobramento do Código de Nuremberg, porém com uma expansão de certos princípios éticos estabelecidos no documento e com objetivos mais específicos voltados para a intervenção na prática de pesquisa biomédica (Guilhem; Diniz, 2008).

Devido à continuidade da negligência no uso de participantes de pesquisa de forma irresponsável e perigosa nas pesquisas médicas e biomédicas, em 1966, Henry Beecher escreveu um artigo onde fazia a revisão e análise de vinte e dois estudos realizados nos Estados Unidos no período pós-guerra e que utilizavam seres humanos. Foram avaliados aspectos como objetivos da pesquisa, público-alvo, financiadores e resultados; Beecher constatou que nas pesquisas de maior risco, os principais grupos envolvidos eram idosos com demência e/ou vivendo em asilos, crianças com deficiência mental e internos oriundos do sistema prisional.

Somados ao estudo de Beecher, aconteceram ainda os casos do Estudo de Tuskegee, da Pesquisa da Prisão de Stanford, além do caso da Talidomida, que foi testada amplamente em mulheres, muitas delas em idade reprodutiva, sem o consentimento e desconhecendo os riscos, fazendo com que, a pretexto de estarem recebendo tratamento para náuseas, tivessem seus bebês nascidos com focomelia, que é uma anomalia congênita, cuja etiologia remonta a fatores causais

preexistentes ao nascimento e que se traduz na ausência de um ou múltiplos membros corporais. Esta condição disruptiva compromete de maneira significativa a conformação anatômica esperada dos membros superiores e inferiores, caracterizando-se pelo fenômeno de aproximação ou encurtamento dos referidos apêndices (Godoy, 2012).

O Estudo de Tuskegee foi um estudo de pesquisa realizado nos Estados Unidos entre 1932 e 1972 com o objetivo de investigar a progressão natural da sífilis em homens afro-americanos residentes no condado Macon, no Alabama. Os participantes foram infectados deliberadamente e sem seu consentimento, tendo sido informados apenas que eram portadores de uma doença chamada "sangue-ruim" e receberam a promessa de tratamento adequado, alimentação gratuita e cobertura das despesas do funeral. Os participantes, mesmo com penicilina já disponível, foram alienados do tratamento, muitos tendo morrido em decorrência deste experimento (Gaspar, 2014).

O Caso da Prisão de Stanford foi um experimento social conduzido pelo psicólogo Philip Zimbardo e tinha como objetivo investigar os efeitos da dinâmica de poder e autoridade em um ambiente prisional simulado. O estudo, com previsão de duração de duas semanas, foi interrompido após seis dias, pois os estudantes que assumiram os papeis de guardas começaram a abusar do poder e a exercer um controle excessivo sobre os estudantes que faziam o papeis de prisioneiros (Hildenbrand.; Da Silva Faceira; Sant'anna, 2012)

Estes fatos fizeram com que o governo dos Estados Unidos instituísse, em 1974, a Comissão Nacional para Proteção de Sujeitos Humanos em Pesquisas Biomédicas e Comportamentais. Esta comissão tinha por objetivo abordar os complexos desafios éticos inerentes à pesquisa biomédica e comportamental, com o propósito de formular diretrizes que orientassem futuros estudos. Uma das responsabilidades fundamentais assumidas pela comissão foi a cuidadosa avaliação das pesquisas envolvendo populações vulneráveis, enfatizando a necessidade de considerar minuciosamente os aspectos éticos envolvidos.

O resultado das discussões instituídas pela comissão resultou, em 1978, na publicação do Relatório Belmont. As conclusões finais do relatório extrapolaram os objetivos iniciais da comissão, resultando na formulação de princípios que não apenas se aplicariam a seres humanos, mas também seriam relevantes a todas às áreas abrangidas pela bioética. Independentemente, esse evento histórico evidencia, desde o início, a estreita relação entre os princípios gerais da bioética e a condução de pesquisas envolvendo seres humanos. A interconexão entre esses dois aspectos é reveladora e enfatiza a importância de considerar os

princípios éticos fundamentais ao realizar estudos que envolvam indivíduos humanos (Oliveira; Dos Anjos Filho, 2006).

4.2.3 Principais documentos, normas e diretrizes internacionais

Em virtude do crescente debate e consolidação da bioética ao longo da década de 1970, começaram a surgir as primeiras indicações de necessidade de criação de comitês independentes que analisassem os aspectos éticos das pesquisas realizadas com seres humanos. O primeiro documento relevante a realizar essa proposição foi a primeira revisão da Declaração de Helsinque, em 1975, elaborada e discutida na cidade de Tóquio[1].

Houve também, em 1979, a publicação da obra *Princípios da Ética Biomédica*, de Tom Beauchamp e James Childress. Os autores basicamente discutiram, reformularam e ampliaram os princípios propostos no Relatório Belmont. A publicação apresentou pela primeira vez os quatro princípios consolidados da bioética, quais sejam eles: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça.

Autonomia é a ênfase no respeito ao indivíduo, reconhecendo plenamente seu direito de tomar decisões informadas e participar ativamente nas escolhas relacionadas à sua saúde e bem-estar. Isso implica na obtenção do consentimento informado dos pacientes, garantindo que estejam plenamente cientes dos benefícios, riscos e alternativas disponíveis; Beneficência é a ação voltada ao interesse máximo dos pacientes, buscando ativamente seu benefício e promovendo seu bem-estar. Para tal, requer a implementação de medidas que visem maximizar os resultados positivos e minimizar os riscos e danos associados; Não-maleficência é a obrigação de evitar danos ou prejudicar os pacientes. Os profissionais de saúde devem adotar medidas preventivas para minimizar os riscos associados a procedimentos médicos, tratamentos ou pesquisas, assegurando que os benefícios esperados sejam superiores aos danos; Já a Justiça é a distribuição justa e igualitária dos riscos e benefícios dos estudos, sobretudo quanto à escolha dos participantes e aos bens por ele obtidos. Consiste em oferecer mais benefícios a quem mais precisa, tratando os desiguais na medida de suas desigualdades.

---

[1] A Declaração de Helsinque sofreu um total de sete revisões e duas alterações. Além da primeira, houve as de Veneza, 1983; Hong Kong, 1989; Somerset West, 1996; Edimburgo, 2000; Washington, 2002; Tóquio, 2004; Seul, 2008 e Fortaleza, em 2013.

4.2.4 Sistemas de Revisão Ética

Na esteira do avanço das discussões acerca do tema, foram criados os CEP com o intuito de avaliar a ética e a integridade dos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos. Em alguns países como Portugal, Reino Unido, África do Sul, Egito e Índia a revisão ética dos projetos de pesquisa é obrigatória para os profissionais de medicina em atuação no país (Vianna; Rocha, 2006, p. 436 – 438). No Brasil, essa discussão se iniciou de forma mais abrangente nos anos 1980, sobretudo ancorada no processo de redemocratização do país. De acordo com Ramos et al. (2019, p. 448)

> o cenário de redemocratização criava a expectativa de que o novo campo fosse ferramenta útil para atingir objetivos políticos, coletivos, sensíveis às necessidades de grandes mudanças. O caráter crítico é apontado no surgimento da bioética no Brasil pelo reconhecimento de seu forte vínculo com movimentos sociais em defesa da democracia, dos direitos sociais e civis, e da grande parcela da população socialmente desfavorecida.

Em 1988 foi criada a Resolução nº 01 do novo Conselho Nacional de Saúde (CNS) que, dentre toda a regulamentação de pesquisa na área da saúde, destacava entre seus artigos a necessidade de criação de CEP para avaliação de projetos de pesquisa na área da saúde. (De Freitas, 2006, p. 11). Porém, diante da pouca adesão ao novo regramento, o CNS decidiu instituir em 1995 um grupo de trabalho para estabelecer normas para pesquisas com seres humanos, tendo como resultado a elaboração da Resolução CNS Nº 196/1996, a primeira grande normativa que versava única e exclusivamente sobre os procedimentos éticos necessários para realização de pesquisas com seres humanos no país.

Foi esse documento que criou a CONEP, órgão de controle social responsável pela análise e monitoramento dos aspectos éticos relacionados às pesquisas envolvendo seres humanos. Sua função também engloba a elaboração de regulamentações destinadas a assegurar a proteção dos participantes de pesquisas, bem como servir como instância final de recurso para todas as partes envolvidas. Além disso, a CONEP desempenha um papel de coordenação na rede de Comitês de Ética em Pesquisa estabelecidos em diversas instituições, formando assim o sistema CEP/CONEP. Essa estrutura busca promover a integração e a harmonização das práticas éticas na pesquisa científica com seres humanos em todo o país (Freitas, Lobo, Hossne, 2005, p. 20).

Em 2002, foi implementado o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa – SISNEP com o intuito de integrar o sistema de avaliação ética das pesquisas no Brasil e propiciar a formação de um banco de dados nacional. Em 2011, o SISNEP foi substituído pela Plataforma Brasil, ferramenta de integração entre o sistema CEP/CONEP, o pesquisador e a sociedade. Dentro desse sistema os pesquisadores têm a capacidade de inserir os dados de seus projetos, incluir toda a documentação relevante, submeter e acompanhar o andamento de seus projetos nos CEP e receber o parecer detalhado após a realização das reuniões dos colegiados. A Plataforma Brasil disponibiliza ainda dados consolidados acerca da quantidade de números de projetos apreciados por meio de sua plataforma (Barbosa; Corrales; Silbermann, 2014).

4.3 ÉTICA EM PESQUISA NO BRASIL

Neste tópico, o tema central é o desenvolvimento da prática da ética em pesquisa em território nacional. Serão abordadas as principais normativas históricas e vigentes, além da criação e do funcionamento do sistema CEP/CONEP.

4.3.1 Principais normativas

Nesta subseção será realizada uma contextualização da história normativa da ética em pesquisa brasileira do final da década de 1980 até os dias atuais. Serão apresentadas algumas das principais normas desse período, quais sejam: resoluções CNS 01/88, 196/96 e 466/12.

4.3.1.1. Resolução CNS 01/88

A promulgação da resolução nº 01 de 1988 do CNS foi um marco fundamental na regulamentação de pesquisas envolvendo seres humanos. Esta resolução representou um passo significativo no estabelecimento de diretrizes éticas para estudos que incluem a participação de seres humanos como sujeitos de pesquisa. A nova resolução abordou diversos aspectos relacionados à ética em pesquisas, abrangendo desde investigações que visam desenvolver novos recursos profiláticos, diagnósticos, terapêuticos e de reabilitação, até estudos clínicos em farmacologia, protocolos envolvendo crianças, pesquisas que utilizam órgãos, tecidos e seus derivados, e ainda incentivou a criação de comitês internos de ética nas instituições de saúde. Esta importante iniciativa demonstrou o compromisso do Brasil em garantir a integridade e os direitos dos participantes em pesquisas científicas, bem como em assegurar padrões éticos rigorosos na condução de estudos que envolvem seres humanos (Novaes et al, 2008).

Para sua elaboração, o CNS tomou como base documentos e diretrizes internacionais disponíveis até aquele momento, bem como algumas regulamentações adotadas por outros países, com destaque para os Estados Unidos. O texto da Resolução CNS 01/88 delineou os princípios éticos que deveriam orientar a condução da pesquisa científica no Brasil. Como era comum em muitas das regulamentações da época, o foco principal recaiu sobre pesquisas biomédicas, especialmente aquelas relacionadas a medicamentos, vacinas e procedimentos terapêuticos (Guilhem; Diniz, 2008).

Uma característica inovadora do documento foi a recomendação para a criação de um sistema de revisão ética no país, por meio da implementação de comitês de ética e comitês de segurança biológica em instituição de saúde e pesquisa (Guilhem; Diniz, 2008).

Ainda que tenha enfatizado a importância da revisão ética de projetos de pesquisa por meio de comitês independentes, essa resolução não estabeleceu um conjunto estruturado de diretrizes para a criação e operação efetiva desses fóruns de reflexão ética, tampouco delineou um plano abrangente para capacitação de seus membros. Além disso, ao restringir sua aplicação no âmbito das pesquisas médicas, essa resolução deixou de abranger uma ampla gama de estudos conduzidos por outras disciplinas acadêmicas. Como resultado, seus objetivos originais não foram plenamente alcançados (Silva; Portela, 2017).

4.3.1.2 Resolução CNS 196/96

De acordo com Guilhem & Diniz (2008), a resolução CNS 196/1996 representa um marco fundamental na ética em pesquisa no Brasil. Sua base é fundamentada na teoria dos quatro princípios, que por sua vez, foi adotada como referência ética pelo modelo regulatório dos Estados Unidos. Além disso, o texto brasileiro incorporou princípios que estavam em destaque nas discussões internacionais durante a década de 1990, especialmente devido aos desafios éticos apresentados pela epidemia do HIV/Aids. Estes princípios incluem a garantia da confidencialidade, preservação da privacidade e promoção da equidade. A resolução concentra-se primordialmente na proteção dos participantes de pesquisa, embora também reconheça que diversos atores desempenham papeis fundamentais na promoção da ética na pesquisa, incluindo cientistas, pesquisadores, financiadores e o Estado (Guilhem; Diniz, 2008).

Segundo Siquelli (2019), a resolução demonstrou sensibilidade em relação à situação de exposição do ser humano como participante de pesquisa, uma vez que sua elaboração se baseou em documentos nacionais e internacionais que visavam proteger indivíduos em situação

de vulnerabilidade social. O foco principal de resolução era, de fato, garantir a proteção dessas pessoas em contexto de pesquisa. É importante destacar, ainda de acordo com Siquelli (2019) que divergências de opiniões entre diferentes áreas do conhecimento são comuns e desejáveis, pois contribuem para enriquecer as discussões éticas e promover abordagens mais abrangentes e justas em relação à pesquisa envolvendo seres humanos.

O estado brasileiro tenta alcançar dois objetivos principais quando da edição desta resolução, segundo Guilhem & Diniz, 2008, p.19:

> De um lado, assenta o debate sobre ética em pesquisa em valores compartilhados pela cultura dos direitos humanos. De outro, permite a aplicação desses valores na prática da pesquisa científica. O princípio da autonomia, por exemplo, está fortemente presente na exigência do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para a condução de estudos com seres humanos, um documento que desde o Código de Nuremberg faz parte das discussões sobre ética em pesquisa. O TCLE é fundamental para a implementação da Resolução CNS 196/1996 no cotidiano da pesquisa científica brasileira.

Uma característica fundamental do modelo brasileiro em relação à pesquisa científica é a premissa de que o envolvimento de um indivíduo em uma pesquisa deve ser sempre um ato voluntário e movido pelo altruísmo. A Resolução CNS 196/1996 estabelece claramente que não é permitido remunerar os participantes de pesquisa, o que implica que no Brasil não existe a profissão de "participante de pesquisa". No entanto, é possível prever o ressarcimento de eventuais despesas decorrentes da participação, mas esse ressarcimento não deve ser confundido com pagamento. Essa regra tem como objetivo principal evitar qualquer forma de coerção indevida, especialmente em um contexto de desigualdade social e econômica no país (Guilhem; Diniz, 2008).

Embora a Resolução CNS 196/96 tenha sido promulgada por um órgão federal ligado à saúde, suas diretrizes se aplicam a todas as pesquisas envolvendo seres humanos, independentemente da área de conhecimento em que sejam conduzidas. Essa norma desempenhou um papel fundamental na regulamentação dos CEP, com o objetivo de proteger os interesses dos participantes de pesquisa e garantir que os estudos fossem realizados de acordo com padrões éticos adequados. Consequentemente, qualquer projeto de pesquisa que inclua seres humanos como sujeitos deve ser submetido à avaliação de um CEP. De acordo com a Resolução, os CEP têm um caráter consultivo, deliberativo e educativo, e seu trabalho é coordenado pela CONEP, que também foi estabelecida pela Resolução 196/96 (Bento, 2010).

Guilhem & Diniz (2008) destacam outros dois princípios trazidos por esta resolução: o da beneficência e o da não-maleficência. Os dois princípios são expressos na diretriz de avaliação do equilíbrio entre riscos e benefícios. Ao analisar um projeto de pesquisa, um comitê de ética avalia cuidadosamente a questão dos riscos e benefícios associados à inclusão dos participantes. Isso implica na consideração criteriosa das vantagens e dos possíveis prejuízos que um indivíduo pode enfrentar ao participar da pesquisa.

Nesse sentido, a análise de um comitê de ética não se limita a aprovar apenas projetos de pesquisa que não apresentem riscos para os participantes, mas sim em avaliar como esses riscos são informados, como são minimizados e se eles são justificáveis para a população envolvida e para a promoção do avanço do conhecimento. O objetivo subjacente é assegurar que os participantes sejam tratados com beneficência, que significa receber um tratamento benéfico, e que sejam protegidos da maleficência, ou seja, de danos injustificados ou excessivos, ao mesmo tempo em que se promove a pesquisa científica responsável.

4.3.1.3 Resolução CNS 466/12

Após 15 anos de vigência da resolução CNS 196/96, a CONEP estabeleceu uma consulta pública no final do ano de 2011 com o objetivo de elaborar uma revisão do referido dispositivo. As sugestões recebidas foram apresentadas e discutidas num evento próprio extraordinário denominado Encontro Nacional dos Comitês de Ética em Pesquisa (ENCEP). O debate entre os membros gerou um documento que foi submetido pela CONEP ao Conselho Nacional de Saúde (Novoa, 2014).

Publicada em dezembro de 2012, revogou, além da resolução CNS 196/96, as resoluções CNS 303/00 e CNS 404/08. Novoa (2014), em seu artigo onde analisa a resolução CNS 466/12 quando da sua implementação, destaca algumas das modificações como: inclusão de novos documentos internacionais norteadores (Declaração Universal do Genoma Humano, Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos e a Declaração Universal Sobre Bioética e Direitos Humanos); definição de 25 termos relevantes em substituição aos 16 da resolução anterior; substituição da nomenclatura “sujeito da pesquisa” por “participante da pesquisa”; detalhamento maior do processo de consentimento livre e esclarecido, com a descrição de todas as etapas a serem cumpridas para a garantia da manifestação autônoma e consciente do participante; oficialização da Plataforma Brasil como único meio de submissão

de projetos ao sistema CEP/CONEP; priorização de temas de relevância pública e de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS).

Um outro ponto a se destacar no texto da resolução CNS 466/12 é a previsão de criação de normativa própria específica que regulamente as especificidades éticas das pesquisas em Ciências Sociais e Humanas, fato concretizado com a edição da resolução CNS 510/16.

4.3.1.4 Resolução CNS 510/16;

Apesar de o foco dos estudos da ética em pesquisa ter sido na área das Ciências Biomédicas, muito em virtude dos graves crimes cometidos na primeira metade do século XX nas pesquisas dessa área, estudos na área das Ciências Humanas e Sociais (sobretudo estudos em psicologia social) também tiveram seus casos controversos e que suscitaram debates quantos aos seus aspectos éticos.

Campos (2020), ilustra alguns desses experimentos ocorridos na década de 1960. Os experimentos conduzidos por Stanley Milgram, entre 1963 e 1974, que investigaram a obediência à autoridade. Nesses experimentos, os participantes, que não tinha conhecimento do objetivo da pesquisa, eram instruídos a aplicar choques elétricos em outras pessoas que supostamente estavam em salas adjacentes à sala experimental. Da mesma forma, o estudo experimental realizado por Philip Zimbardo em 1972 designou aleatoriamente estudantes universitários para os papeis de prisioneiros e guardas em uma prisão fictícia, resultando em reações emocionais significativas após alguns dias de interação.

A autora ainda destaca que embora esses experimentos fossem considerados aceitáveis devido aos potenciais benefícios que poderiam trazer para a compreensão científica dos processos psicológicos e psicossociais que influenciam o comportamento humano, assim como para o planejamento social, eles também suscitaram diversas críticas devido aos potenciais efeitos adversos nas pessoas envolvidas. Essas críticas desempenharam um papel fundamental na formulação de regulamentações voltadas para a proteção dos participantes em pesquisas de todas as áreas, inclusive nas Ciências Humanas e Sociais.

No Brasil, o foco do sistema CEP/CONEP são as Ciências Biomédicas, com a Plataforma Brasil tendo sido projetada com foco nas pesquisas médicas e de áreas correlatas. Fato que corrobora essa afirmativa é o sistema CEP/CONEP estar vinculado ao CNS, que faz parte da estrutura organizacional do Ministério da Saúde.

A normas e regulamentações disponíveis desde o final da década de 1980 até o ano de 2012 não discriminavam de forma alguma as áreas de ensino e deixavam claro que todas as pesquisas envolvendo seres humanos deveriam estar sujeitas ao escrutínio ético. A primeira resolução a citar as Ciências Humanas e Sociais foi a CNS 466 de 2012, em vigor até os dias atuais, que em seu texto prevê a edição de uma norma específica para a área de humanidades.

Silva & Portela (2017) criticam o caráter principialista do arcabouço normativo ético brasileiro e afirmam que esse tipo de abordagem não contempla as metodologias e especificidades éticas das Ciências Humanas e Sociais. Mas outros pesquisadores, como por exemplo Siquelli (2019), ponderam que, embora contenha lacunas, o processo de revisão ética é fundamental tanto para a área biomédica, quanto para as Ciências Humanas e Sociais.

A tentativa de solução dos entraves foi a edição da resolução CNS 510/16, documento fruto de um grupo de trabalho formado por pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais (Santana, 2017).

4.3.2 Sistema CEP/CONEP

Nesta subseção, será feita uma revisão histórica da criação do sistema CEP/CONEP, sua estrutura e funcionamento em solo nacional, integrando Governo Federal e instituições públicas e privadas que realizam pesquisa com seres humanos no país.

4.3.2.1 A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

A CONEP foi instituída, por meio da Resolução CNS 196/96, com a responsabilidade de funcionar como um mecanismo de controle social no que tange a avaliação ética das pesquisas envolvendo seres humanos (Werner; Velho, 2008). Com uma formação multidisciplinar, reúne membros de várias disciplinas para realizar sua principal função, que consiste na análise dos componentes éticos de pesquisas envolvendo seres humanos no país (Brasil, CNS).

A comissão possui autoridade para realizar a avaliação ética de protocolos de pesquisa altamente complexos e áreas temáticas especiais, tais como genética humana, reprodução humana, estudos com populações indígenas, bem como projetos de pesquisa propostos pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2012).

O surgimento da CONEP foi ancorado nas experiências internacionais ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo na América do Norte e Europa, locais com mais

experiência no tema da regulamentação das pesquisas envolvendo seres humanos. Inclusive, a cooperação internacional na área da ética em pesquisa desempenhou um papel significativo na promoção do desenvolvimento de regulamentações e legislações nos países que participam ou conduzem projetos multicêntricos na área da saúde (Werner; Velho, 2008).

4.3.2.2 Estrutura e funcionamento dos Comitês de Ética no Brasil

Apesar de, desde a década de 1980, existirem tentativas anteriores por parte do CNS de se estabelecer um sistema de revisão ética em território nacional, sobretudo após a edição da resolução CNS 01/88, recomendando a criação de comitês de revisão ética, houve pouca adesão por parte das instituições e a quantidade de CEP era ainda em número pouco expressivo (Guilhem; Diniz, 2008).

A norma continha incompletudes, sobretudo ao não prever uma estrutura de funcionamento e implementação dos colegiados, bem como de capacitação de seus membros e da comunidade científica em geral (de Freitas, 2006). Além disso, alguns acúmulos de dilemas éticos que eram apresentados nas pesquisas e nos quais os participantes eram expostos a riscos por vezes desconhecidos, como em casos de projetos secretos realizados por médicos militares, por vezes moralmente questionáveis, como expor pessoas a doenças para teste de terapias, testar aqui medicamentos patrocinados por empresas estrangeiras em sujeitos não oriundos de seu país de origem e até mesmo utilizar cobaias humanas (de Freitas, 2006).

Em 1995, diante deste cenário de quase total ausência de CEP no país, juntamente com a carência de conhecimento da normativa pela comunidade científica e a total inexistência de informações à sociedade a respeito do tema (de Freitas, 2006), foi estabelecido um grupo de trabalho composto por profissionais de diversas áreas com o objetivo de revisar o documento e apresentar uma nova resolução que estabelecesse um referencial ético para as pesquisas científicas no país (Guilhem; Diniz, 2008).

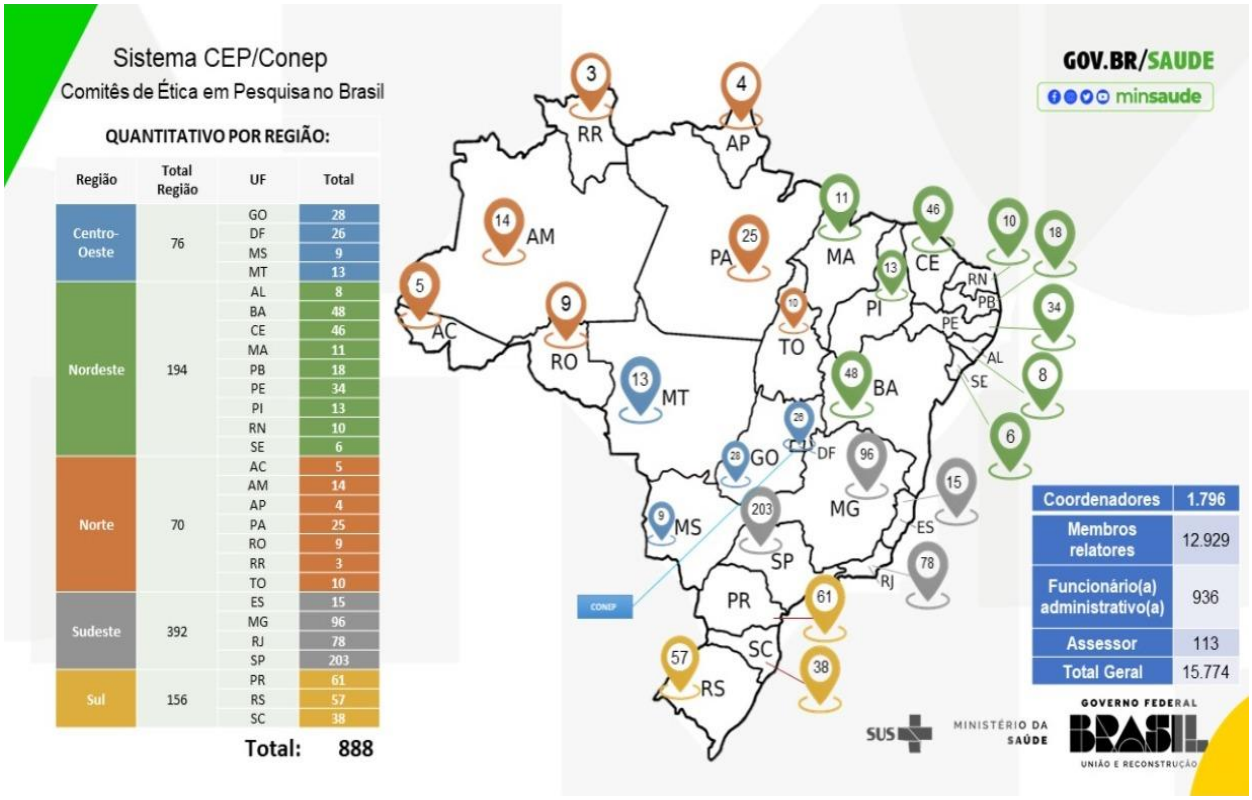
Com o surgimento da norma CNS 466/12, criou-se o sistema CEP/CONEP. Dentro desta estrutura, os CEP funcionam como estruturas de avaliação em âmbito local, estabelecidas pelas próprias instituições em que operam, que após a sua criação, encaminha o pedido de credenciamento junto à CONEP (Guilhem; Diniz, 2008). É exigido por norma que os CEP tenham ao menos dois representantes da sociedade civil como representante dos usuários e que sua composição seja multidisciplinar, com membros formados em diferentes áreas de conhecimento.

De acordo com Guilhem e Diniz (2008), essas duas exigências garantem que a pesquisa científica é uma questão de interesse público e não apenas um assunto sujeito a negociação e acordos entre membros da comunidade acadêmica.

O trabalho em um CEP no Brasil deve ser uma atividade não remunerada e voluntária. Os critérios para indicação variam, nos detalhes, de acordo com a instituição pertencente, mas no geral seus membros possuem experiências na área da pesquisa ou da ética (Guilhem; Diniz, 2008). Além disso, com o objetivo de garantir que os integrantes dos comitês exerçam suas funções com integridade na análise dos projetos de pesquisa, comprometendo-se com a salvaguarda dos participantes e a promoção do conhecimento com uma abordagem socialmente responsável, não deve haver conflitos de interesse entre os avaliadores e os pesquisadores da instituição (Guilhem; Diniz, 2008).

Conforme dados da Figura 1, atualmente existem, distribuídos em todo território nacional, um total de 888 CEP.

Figura 2 – Dados estatísticos dos CEP no Brasil



Região	Total Região	UF	Total
Centro-Oeste	76	GO	28
		DF	26
		MS	9
		MT	13
Nordeste	194	AL	8
		BA	48
		CE	46
		MA	11
		PB	18
		PE	34
		PI	13
		RN	10
		SE	6
Norte	70	AC	5
		AM	14
		AP	4
		PA	25
		RO	9
		RR	3
		TO	10
Sudeste	392	ES	15
		MG	96
		RJ	78
		SP	203
Sul	156	PR	61
		RS	57
		SC	38

Fonte: Brasil (2023). Disponível em: https://encurtador.com.br/cpQSV. Acesso em 19/10/2023.

De acordo com o ilustrado no infográfico acima, elaborado em 2023, a estrutura do sistema CEP/CONEP é composta por 1796 coordenadores, 12929 membros e 936 secretários, além de 113 pessoas na função de assessoramento.

4.3.2.3 A importância dos CEP nos Institutos Federais de Educação

Em levantamento, ao considerarmos todos os Institutos Federais distribuídos pelo território nacional, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e o Colégio Pedro II, apenas o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) e o CEFET-RJ não possuem CEP próprio. O restante da rede representa 94,74% de Institutos Federais com CEP constituído e operacional. Um número significativo e que demonstra a importância de um colegiado próprio para o desenvolvimento de pesquisas com seres humanos nos Institutos Federais.

Um CEP próprio da instituição, apesar de possuir autonomia e independência na análise dos protocolos, por um lado reconhece as particularidades das pesquisas realizadas internamente e por outro tem um olhar mais atento com as intervenções realizadas na instituição e com seus estudantes e servidores.

Bendati (2019) destaca que compreender a natureza especial dos CEP dentro das instituições é essencial, pois, apesar de serem grupos formados com uma finalidade precisa (analisar a ética de protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos), os membros devem se envolver de maneira voluntária, o que requer motivação e comprometimento de forma mais ampla com o tema.

Uma das características dos CEP e que os aproxima estruturalmente da RFEPCT é o seu funcionamento em rede por meio de um ambiente online denominado Plataforma Brasil, onde os CEP estão registrados e realizam seu trabalho de análise dos protocolos de pesquisa.

4.3.2.4 Plataforma Brasil

A Plataforma Brasil é um portal desenvolvido pelo Ministério da Saúde, lançada em 2011, com o objetivo primário de otimizar a eficácia do sistema CEP/CONEP na proteção dos participantes da pesquisa. Ela representa uma base de dados nacional unificada para o registro de pesquisas que envolvem seres humanos, permitindo seu acompanhamento em todas as etapas – desde a submissão até a aprovação final pelos CEP e pela CONEP, quando necessário (Loretto, 2012).

Além disso, ainda segundo Loretto (2012), viabiliza o monitoramento da fase de coleta de dados, a submissão de relatórios parciais, nas pesquisas em andamento, e finais, nas pesquisas já concluídas. O sistema também facilita a apresentação de documentos em formato digital, oferecendo acesso público aos dados de todas as pesquisas aprovadas.

Por meio da internet, essa plataforma torna possível que todos os envolvidos acessem informações em um ambiente compartilhado, resultando em uma significativa redução do tempo necessário para o processo de aprovação dos projetos em todo o sistema CEP/CONEP.

Atualmente, a Plataforma Brasil ainda é muito direcionada às pesquisas nas áreas médicas. Porém, com a edição da resolução CNS 674/2022, que delimita as pesquisas de acordo com a possibilidade de intervenção no corpo humano e seus riscos aos participantes, as pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais, a maioria classificada com grau de risco baixo, tendem a ter sua tramitação simplificada. Isso se dá devido à norma supracitada prever que pesquisas com grau de risco reduzido não precisarão passar por todas as etapas atuais da burocracia do sistema CEP/CONEP. O único entrave para que esse novo trâmite entre em vigor é justamente a atualização da Plataforma Brasil, ainda sem data definida para ocorrer.

4.3 LETRAMENTO ACADÊMICO

Com vistas ao melhor desenvolvimento da consciência ética nas pesquisas com seres humanos e de um entendimento mais abrangente e técnico do processo como um todo, as práticas de Letramento Acadêmico nesta área surgem como uma opção para pesquisadores que tenham que submeter seus projetos de pesquisa ao crivo de um CEP.

Inserido principalmente no ambiente de graduação e pós-graduação, o conceito de Letramento Acadêmico engloba todas as práticas institucionais e suas especificidades e em como essas atividades podem fazer sentido para os alunos da instituição, dentro de seu contexto sociocultural (Lea; Street, 2006).

Existem diversas abordagens nos modelos de Letramentos Acadêmicos. Segundo Li (2022), as mais utilizadas nas pesquisas são as de linguagem, a cognitiva e a sociocultural. A primeira diz respeito à elaboração e interpretação de textos, com um foco especial na aquisição de estruturas linguísticas, habilidades e funções associadas à aprendizagem de conteúdos. A segunda abordagem vê a elaboração do Letramento Acadêmico como o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores no contexto da integração social e busca por compreensão profunda e contextualizada.

A abordagem sociocultural, complementar às demais, considera o letramento como uma questão de natureza social, fortemente influenciada por questões de poder, estrutura e ideologia. Enfatiza o papel da capacidade de ação e da identidade do aluno na mudança das práticas de aprendizagem individuais e comunitárias. O Letramento Acadêmico, nesse contexto, é encarado como uma construção sociocultural rica em significado, valor e emoções, servindo como uma porta de entrada para a inclusão social, redistribuição de poder e redefinição de sentido (Li, 2022).

Diante destas perspectivas, de acordo com Li (2022), em seu trabalho de revisão da literatura científica, alguns aspectos devem ser levados em consideração ao se definir o Letramento Acadêmico: (1) inclusão de leitura, escrita e discurso oral no ambiente universitário; (2) variedade de acordo com o assunto abordado; (3) conhecimento dos gêneros textuais e suas aplicações no ambiente acadêmico; (4) influência dos letramentos adquiridos pelos alunos nos contextos fora do ambiente dos estabelecimentos de ensino e; (5) experiências sociais, pessoais e culturais.

A prática da revisão ética em pesquisa com seres humanos, o cerne deste trabalho, é uma atividade inerente ao meio acadêmico, sobretudo nos ambientes de pós-graduação. O Letramento Acadêmico se insere neste contexto com a finalidade de introduzir aos pesquisadores subsídios para a sua inserção plena nesta prática institucional, não apenas como uma mera formalidade. A importância da submissão de seus projetos de pesquisa deve ser apropriada pelos pesquisadores para que faça sentido dos pontos de vista pessoal, social, cultural, acadêmico.

5. METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa em tela é qualitativa e de caráter exploratório. Para a geração de dados foi aplicado um questionário inicial para pesquisadores do ProfEPT que já tivessem submetido projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa. A investigação teve o propósito de investigar os principais problemas éticos enfrentados tanto no processo de revisão ética, com a submissão do projeto na Plataforma Brasil, quanto no processo de coleta de dados junto aos participantes da pesquisa. Estes dados gerados serviram para subsidiar a construção do curso de extensão. A pesquisa teve início após sua aprovação pelo CEP do IFRJ (Registro 76394923.0.0000.5268 e parecer número 7124549.

Minayo (2009) afirma que pesquisa qualitativa nas ciências sociais é aquela que trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. Já o caráter exploratório da pesquisa tem como propósito adquirir maior familiaridade com um problema ou fenômeno específico. Ela é conduzida quando o tema do estudo é pouco conhecido ou ainda não foi suficientemente explorado e tem como objetivo principal aumentar a compreensão do problema e identificar questões relevantes que possam ser investigadas de maneira mais aprofundada (Gil, 2017, p. 32).

Os critérios de inclusão foram pesquisadores de programas de pós-graduação em EPT que desejaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Já os critérios de exclusão foram pessoas que não fizeram parte de programa de pós-graduação em EPT ou que se recusaram a participar da pesquisa ao não assinarem o TCLE.

A análise dos dados gerados foi feita por meio da metodologia de Análise de Conteúdo definida por Bardin (2011). Esta metodologia é um processo sistemático e rigoroso utilizado para extrair significados e compreender conteúdos complexos presentes em materiais textuais, como questionários e entrevistas (Bardin, 2011).

Primeiramente, todos os dados coletados por meio dos questionários foram compilados e organizados de forma sistemática. Os dados incluíram respostas abertas e categorizadas relacionadas às principais dificuldades dos pesquisadores e às questões sobre o processo de coleta de dados.

Em seguida, foi realizada uma pré-análise, uma etapa crucial para preparar os dados para uma análise mais aprofundada: a leitura flutuante, que consiste na leitura integral do material para se familiarizar com o conteúdo e identificar ideias preliminares, e a codificação, onde se identifica unidades de registro, que podem ser palavras, frases ou parágrafos, relacionadas aos objetivos da pesquisa.

O terceiro passo foi a exploração do material, onde o conteúdo dos questionários foi aprofundado de forma mais detalhada. As respostas foram agrupadas de acordo com categorias pré-determinadas ou emergentes, como por exemplo "Pendências encontradas" ou "Plataforma

Brasil" e, em seguida, o número de ocorrências em cada categoria foi quantificado para identificar padrões ou temas recorrentes.

6. ETAPAS DA PESQUISA

As etapas da pesquisa foram: geração de dados para a elaboração do produto educacional, análise dos dados, construção e posterior avaliação do produto educacional e, por fim, análise dos dados da avaliação. Na primeira etapa, foi utilizado um questionário (Apêndice B) aplicado de forma online, desenvolvido com a ferramenta *Google Forms*, para a maior quantidade possível de pesquisadores da EPT egressos e matriculados em programas de pós-graduação. O critério de inclusão para participação na pesquisa foi de pesquisadores que tenham submetido seus projetos ao processo de revisão ética. Nesta etapa da pesquisa, objetivou-se descobrir: (1) as principais dificuldades dos pesquisadores quanto ao uso da Plataforma Brasil e ao processo de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa: as principais pendências observadas, dúvidas quanto ao preenchimento da Plataforma e das documentações obrigatórias; (2) as dificuldades encontradas no processo de coleta de dados: a abordagem inicial, como explicar a pesquisa e obter o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes da pesquisa.

Com os resultados coletados, os dados foram analisados e a partir deles o produto educacional foi elaborado. Terminada esta etapa, o produto foi submetido a uma avaliação pelos próprios participantes do curso. Esta avaliação foi feita por meio de outro questionário (Apêndice C), também desenvolvido com a ferramenta *Google Forms* ou por meio físico, de forma impressa.

O público-alvo do produto educacional foi, prioritariamente, pesquisadores vinculados à EPT, mas esperou-se também atingir qualquer pesquisador que tivesse interesse em adquirir subsídios para a etapa de revisão ética de seus projetos.

6.1 PROCESSO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Os participantes da pesquisa foram convidados por meio de mensagens enviadas via WhatsApp em grupos com a temática da EPT. A mensagem convite continha informações sobre a pesquisa e um *link* que direcionou a um formulário do *Google Forms* para a pessoa participar, caso quisesse.

Ao clicar no *link* a pessoa teve contato com o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) (Apêndice A). Após a leitura, ela teve a opção de escolher ou não participar da pesquisa. O documento continha informações detalhadas a respeito do projeto, dos instrumentos de geração de dados, dos riscos e benefícios e do compromisso do pesquisador em manter os dados de todos os participantes sob sigilo. Estava também, de forma clara no texto, a possibilidade de recusa a qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo ao participante. Caso recusasse antes de iniciar a coleta dos dados, a pessoa não teria acesso ao questionário. Caso recusasse durante ou depois de ter iniciado a resposta, nenhum tipo de dado seria utilizado na pesquisa.

Caso a pessoa tenha aceitado e se tornado participante da pesquisa, respondeu a um questionário (Apêndice B) onde avaliou sua experiência com a submissão de projetos à revisão ética. Foi informado um contato telefônico e e-mail disponíveis tanto no convite inicial disparado, bem como no RCLE para que os participantes da pesquisa pudessem entrar em contato com o pesquisador e questionar ou esclarecer dúvidas de qualquer natureza.

Ao final da pesquisa, os dados e o produto educacional foram divulgados nos grupos onde foi realizada a abordagem inicial para que os participantes tivessem acesso aos resultados e ao curso de extensão gerado no processo.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O produto educacional foi construído com base nos resultados obtidos na primeira fase da pesquisa. Houve, inicialmente, uma quantidade de participantes bem menor que o esperado. Apesar da ampla divulgação e reforço no pedido para que as pessoas respondessem o questionário, o número total de respondentes foi de apenas 16 pessoas. Em pesquisas futuras, estratégias serão pensadas para que a adesão seja maior por parte dos demais pesquisadores da área, incluindo uma possível revisão da extensão e/ou formato do instrumento de geração de dados.

Do total de respondentes, todos haviam submetido projetos de pesquisa à revisão de um CEP e integravam algum programa de pesquisa da área da EPT. A idade dos respondentes variou de vinte e seis até quarenta e sete anos. Em relação à formação original, elas foram bem diversas: houve respondentes formados em administração, biologia, enfermagem, direito, letras, matemática e psicologia. A maioria quase absoluta submeteu projeto enquanto aluno, apenas um dos respondentes se declarou docente.

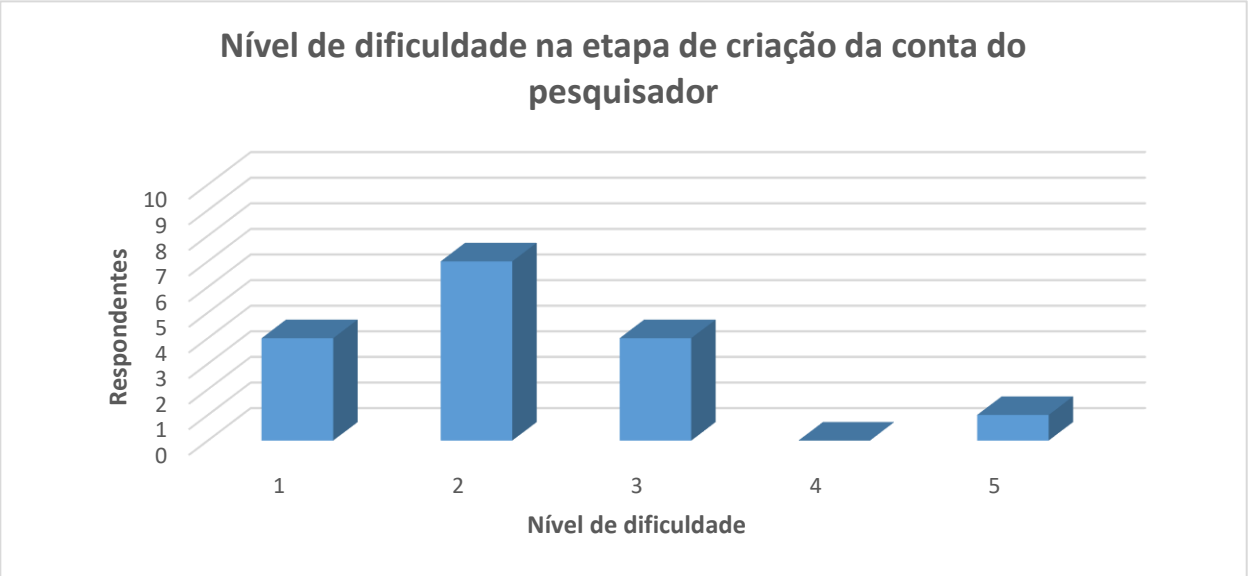
Em relação à origem acadêmica dos participantes, eram todos oriundos de instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), quais sejam elas: Colégio Pedro II, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), IFRJ e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

A primeira etapa do questionário a respeito das dificuldades encontradas pelos pesquisadores consistiu em uma Escala de Likert (Joshi, A. et al, 2014) de cinco pontos composta por sete questões relacionadas ao nível de dificuldade enfrentado em cada uma das seis etapas de submissão de protocolos de pesquisa na Plataforma Brasil, que são: “Cadastro do Pesquisador”, “Informações Preliminares”, “Área de Estudo”, “Desenho de Estudo/Apoio Financeiro”, “Detalhamento do Estudo”, “Outras Informações” e “Finalizar” (Brasil, s.d.), além do registro de conta do pesquisador.

A escala Likert é um método utilizado por cientistas sociais e pesquisadores da engenharia da qualidade para coletar e avaliar percepções de indivíduos em diferentes contextos, proporcionando conhecimento com base em avaliações qualitativas do universo estudado (da Costa Junior et al, 2024). Desenvolvida em 1932, essa escala foi criada para medir atitudes de maneira cientificamente reconhecida e validada (da Costa Junior et al, 2024).

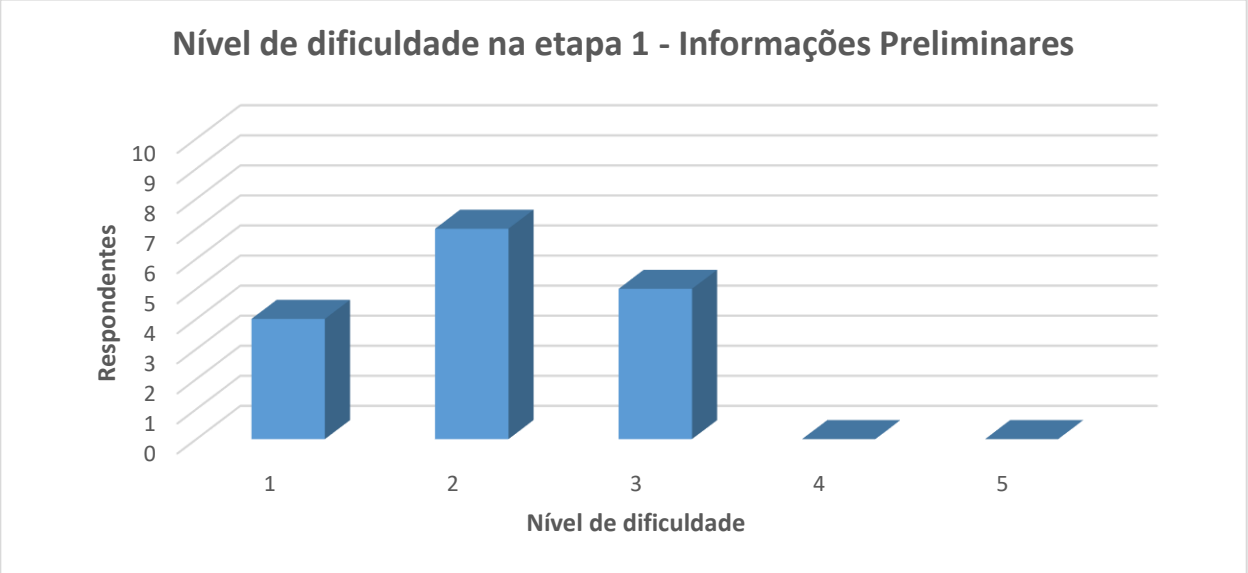
As alternativas de escolha foram graduadas numa escala de 1 a 5, onde 1 representava “Não tive dificuldades. O processo foi intuitivo e não precisei utilizar nenhum material de apoio”; 2 representava “Não tive dificuldades, pois utilizei material de apoio para entender melhor o processo”; 3 representava “Tive um pouco de dificuldade, mesmo utilizando material de apoio”; 4 representava “Tive bastante dificuldade, mesmo utilizando material de apoio; e 5 representava “Tive bastante dificuldade e, mesmo utilizando material de apoio, não consegui prosseguir sem a orientação de outra pessoa (colega, docente, secretário etc.). Os resultados nesta etapa do questionário foram os seguintes:

Figura 3 – Criação de Conta do Pesquisador



Fonte: elaboração própria

Figura 4: Informações Preliminares



Fonte: elaboração própria

Figura 5: Área de Estudo

Fonte: elaboração própria

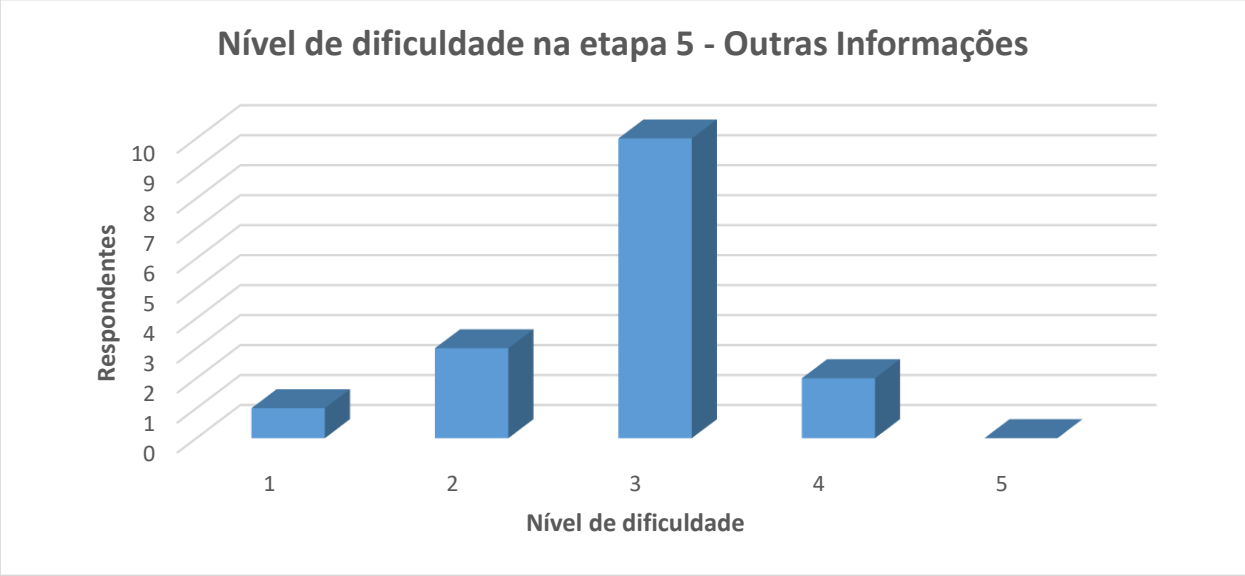
Figura 6: Desenho do Estudo/Apoio Financeiro

Fonte: elaboração própria

Figura 7: Detalhamento do Estudo

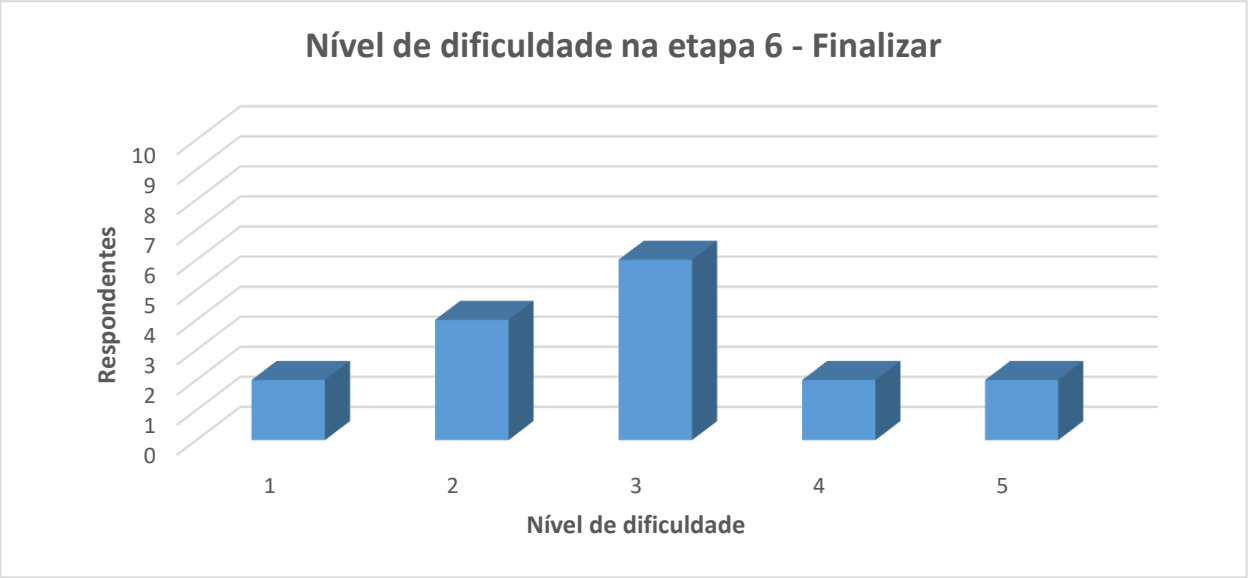
Fonte: elaboração própria

Figura 8: Outras Informações



Fonte: elaboração própria

Figura 9: Finalizar



Fonte: elaboração própria

Os resultados apresentados nos gráficos acima demonstram a avaliação do grau de dificuldade enfrentados pelos pesquisadores. Há variações significativas em cada uma das etapas e essa variação foi relevante ao se construir o produto educacional, pois permitiu inferir, priorizar e aprofundar as etapas que causam maiores problemas aos pesquisadores, como as etapas três e quatro, por exemplo. Uma análise mais detalhada de cada uma delas será apresentada mais à frente.

Para a questão seguinte e as demais questões de resposta aberta do questionário os participantes serão identificados com as siglas P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P13, P14, P15 e P16, distribuídos na ordem de resposta e sem qualquer tipo de distinção com base em qualquer tipo de característica. Desta forma, busca-se garantir o anonimato e o não enviesamento na análise dos dados.

A pergunta foi: “Caso tenha precisado de apoio de outra pessoa, informe quais foram as pessoas (orientador, colega de turma, secretário do CEP, etc.)”. As respostas estão elencadas no quadro abaixo:

Quadro 1: Auxílio na tramitação

Participante	Resposta
P1	Orientador, colegas
P2	Colega
P3	Milton - CEP CPII
P4	Orientador, colega de turma, secretário do Cep
P5	Colega de turma, secretário do CEP

Participante	Resposta
P6	Solicitei ajuda ao Secretário do CEP e aos colegas de turma do mestrado.
P7	Coordenador do Curso
P8	Consultei nas páginas da internet das Instituições de ensino (IFRJ, FIOCRUZ...)
P9	Colega de trabalho que já concluiu o Mestrado ProfEPT.
P10	Colegas da turma
P11	Orientador, Colegas que tinham submetido projetos anteriores a mim. E muita, muita videoaula no YouTube.
P12	Não houve resposta
P13	Antigo orientador da graduação, ter participado de grupo de pesquisa na graduação e e-mail do CEP.
P14	Curso boraaprender
P15	Minha colega de turma indicou um vídeo disponível no Youtube, que usei como suporte
P16	Orientador e colega de turma

Fonte: elaboração própria

Um dos participantes não respondeu a esse questionamento. Os demais participantes tiveram suas respostas em relação ao auxílio na submissão classificadas em quatro categorias: secretariado (31,25%), colegas (62,50%), docente orientador (37,5%) e material de internet (25%). Da mesma forma que o vivenciado em meu cotidiano profissional, observo de fato que estas são as principais fontes de informação em relação ao processo.

As duas questões seguintes, relacionadas à duração da tramitação foram analisadas em conjunto devido a complementariedade entre elas. A primeira pedia para que o pesquisador informasse o tempo médio da análise documental de seu projeto; já a segunda, para informar o tempo médio desde a aprovação documental até a emissão do parecer consubstanciado (análise ética). Os resultados estão compilados no quadro abaixo:

Quadro 2: Tempo de tramitação

Participante	Análise Documental	Análise Ética
P1	2 meses	9 meses
P2	2 meses	6 meses
P3	Não lembro. Teria que conseguir logar na PB (o que já seria uma grande vitória) e verificar a data que submeti, a data que o CEP respondeu dizendo que havia pendência, a data que reenviei e a data do parecer aprovando a pesquisa.	Também não lembro. Teria que retornar à PB para verificar.
P4	5 meses ao total	Menos de 1 mês

Participante	Análise Documental	Análise Ética
P5	O meu está em análise desde o mês passado e ainda nada...	Ainda não obtive.
P6	*Não houve resposta*	Cerca de 3 meses.
P7	Cada parecer recebido demorou entre 2 e 29 dias	4 meses e 20 dias desde a submissão até a aprovação final (os pareceres foram decorrentes principalmente de problemas na documentação cadastrada na plataforma)
P8	CEP IFRJ (60 dias) +CEP UFRRJ (30 dias) =90 dias	80 dias
P9	Enviei em junho e até o momento não foi analisado.	Ainda não houve apreciação do projeto.
P10	4 meses	5 meses
P11	20 dias	30 dias
P12	Um mês	Um mês
P13	1 mês	2 meses
P14	3 meses devido à greve	3 meses devido à greve
P15	2 dias	5 dias
P16	20 dias	15 dias

Fonte: elaboração própria

De acordo com a Norma Operacional 001/2013 do CNS, os CEP devem realizar a análise documental em até dez dias e a análise ética em até trinta após aprovação documental. Significa que os CEP têm um total de quarenta dias para emissão do parecer consubstanciado desde que a documentação tenha sido enviada de forma completa e de acordo com os critérios estabelecidos pela normativa vigente e pelo CEP de destino.

Ao abordar essa questão, era esperado que os participantes respondessem o tempo aproximado de duração da análise documental e em seguida o tempo restante até a emissão do parecer, mas observou-se que alguns deles não realizaram essa distinção, como é o caso dos participantes P7 e P8. Já P3 não informou o tempo total decorrido em nenhuma das duas etapas e P6 informou apenas o tempo total. Os participantes P5 e P9 ainda não haviam concluído o processo de submissão. Outros participantes como P4 e P14 podem ter se equivocado ao narrar os prazos, mas não é possível afirmar com base nas afirmações fornecidas.

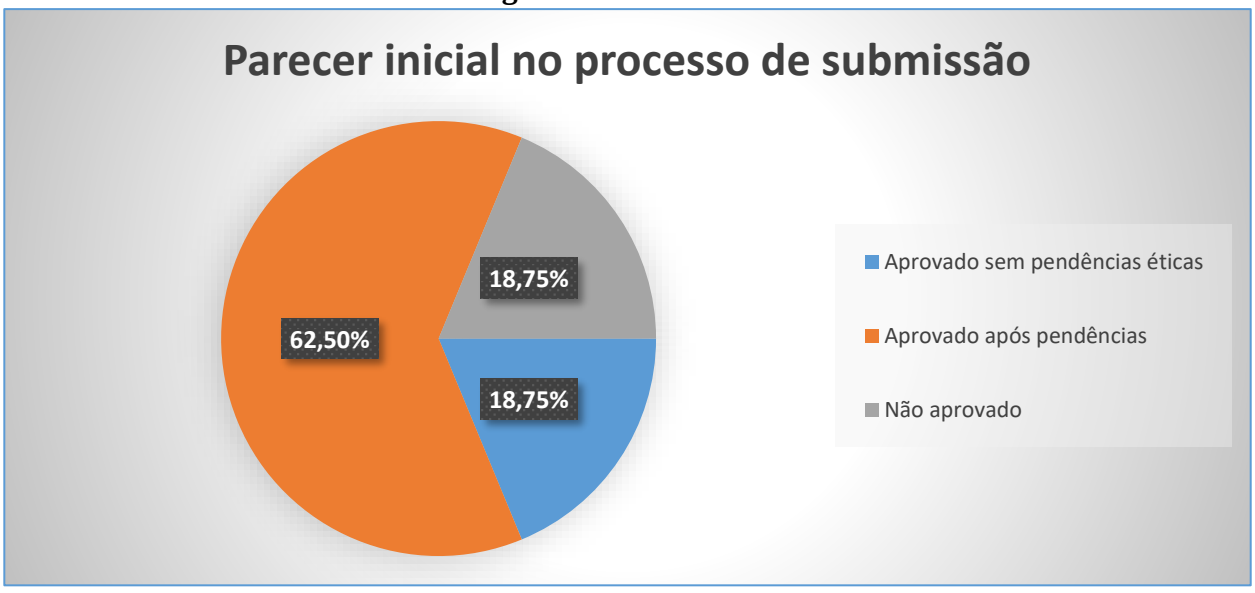
Nota-se, de acordo com os dados apresentados, que à exceção de P15, que teve seu projeto avaliado de forma surpreendentemente célere, todos os demais relataram prazos bem além dos estabelecidos em norma. Com base em minha experiência como secretário do CEP do

Colégio Pedro II e do conhecimento do funcionamento de outros comitês, de fato esses atrasos podem ter ocorrido por conta do próprio setor. Contudo, há casos, e isso afirmo pelas diversas situações enfrentadas por mim ao longo do tempo a frente da secretaria, em que o pesquisador demora a responder às pendências e, frequentemente, tarda semanas ou até mesmo meses para retornar com a documentação correta e, quando se vê atrasado em sua pesquisa, responsabiliza o CEP pelo longo tempo de tramitação.

Uma outra justificativa para os atrasos foi que parte dos pesquisadores, como é o caso explícito de P14, teve seus protocolos de pesquisa submetidos à revisão ética no período de greve das instituições federais de ensino. Desta maneira, as análises atrasaram mais do que o habitual, o que interferiu na experiência dos participantes com o processo e pode ter influenciado o resultado desta investigação.

O próximo ponto do questionário foi uma pergunta direta onde se buscava saber qual o parecer recebido na primeira submissão do projeto submetido à Plataforma Brasil. As opções eram: aprovado sem pendências éticas, aprovado após pendências e não aprovado. Os resultados estão demonstrados no gráfico abaixo:

Figura 10: Parecer inicial



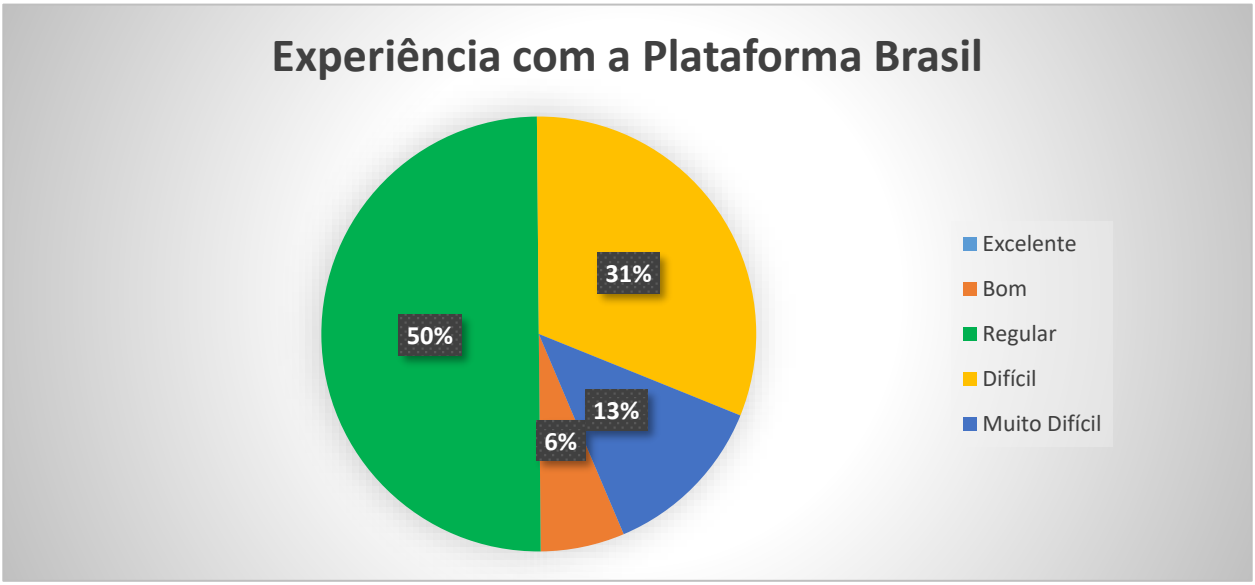
Fonte: elaboração própria

Conforme esperado e observado por mim ao longo da minha trajetória profissional, a maioria dos projetos é aprovado após resolução de pendências identificadas na primeira análise

ética. Este número provavelmente seria maior, visto que os participantes P5 e P9 não concluíram o processo e responderam que o projeto não foi aprovado, o que objetivamente está correto, mas não é o resultado da avaliação final, que seria o objetivo da questão proposta. Este resultado encontrado foi importante para a pesquisa, pois confirma a hipótese observada por mim que a maioria dos pesquisadores enfrentam pendências ou não aprovações no percurso de submissão de protocolos. Desta forma, partes importantes do curso de extensão, sobretudo as relacionadas à submissão de protocolos foram construídas com foco em reduzir essa incidência de pendências.

Para a penúltima pergunta do questionário, o participante deveria classificar, de uma maneira geral, sua experiência com a Plataforma Brasil. Foram dadas cinco opções: excelente, bom, regular, difícil e muito difícil. O resultado compilado está exposto no gráfico abaixo:

Figura 11: Experiência com a Plataforma Brasil



Fonte: elaboração própria

Nenhum dos participantes classificou a experiência como excelente. Apenas um deles escolheu a opção “bom”. A metade classificou como regular, 31% escolheram difícil e 13% muito difícil. Os resultados evidenciam que os pesquisadores da EPT ainda encontram dificuldades nesse processo acadêmico, mesmo que seja um requisito já consolidado há alguns anos no ProfEPT, por exemplo, maior mestrado em rede da área.

A última etapa do questionário era um campo que deixava aberta a possibilidade do pesquisador ou pesquisadora realizar qualquer comentário referente ao seu processo de submissão de projetos à Plataforma Brasil. O título deste campo é: “Use este espaço para detalhar sua experiência com o CEP e/ou com o uso da Plataforma Brasil (pendências, problemas técnicos ou outras informações que julgar relevantes), e foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) para interpretação destes dados.

As respostas obtidas foram compiladas no quadro abaixo:

Quadro 3: Relato de experiência

Participante	Resposta
P1	Deveriam dar um retorno mais rápido
P2	Geralmente o preenchimento do projeto na página do CEP torna-se difícil pela utilização de termos técnicos e a necessidade de inserir uma série de documentos. Ademais, o CEP da minha instituição costuma rejeitar os projetos por detalhes pequenos como ausência de um número de página no TCLE.
P3	Pendência com o TCLE, que no final das contas não serviu para o modo do google forms. Tive que adaptar completamente. O CEP CPII disponibiliza um modelo de TCLE que não serve para questionário via forms. O que percebo é que fazer pesquisa com seres humanos é tão complexo que nem os próprios CEPs estão preparados para lidar com as especificidades dos tipos de pesquisa e coleta de dados. O CEP CPII pede um anexo do questionário, no entanto, quando o passamos para o forms, é completamente diferente. O pesquisador leva horas/dias fazendo todos os ajustes. A Plataforma_Brasil é um site extremamente difícil, lento e nada funcional para a vida corrida e apertada de um pesquisador. É quase um desserviço. Mas é etapa obrigatória, logo, temos que nos submeter. Para mim, ficou a certeza de que nunca mais quero mexer com pesquisa com seres humanos.
P4	Acho que o fato da Plataforma Brasil ser inicialmente criada para pesquisas na área da saúde, muitos campos são desnecessários ou descabidos na área de ensino. Isso dificultou muito o preenchimento, pois no manual, as orientações são direcionadas para as pesquisas da saúde e nós, enquanto mestrandos do profept ficamos perdidos. Recorrendo aos amigos mais habituados. Meu projeto foi submetido por 2 vezes. A primeira submissão foi abandonada, pois foram mais de 3 análises com pendências e por fim, a pessoa que analisava meu projeto no cep não sabia me informar o motivo do erro, mesmo com todas as pendências cumpridas.
P5	Na questão sobre o parecer da primeira submissão, respondi não aprovado por falta de opção de resposta, pois ainda não recebi o parecer. Em relação à está questão, passei por problemas técnicos algumas vezes na plataforma Brasil. Uma das vezes, entrei em contato por medo de ter perdido as informações. Acho relevante o fato da plataforma Brasil ser bastante voltada para a pesquisa na área de saúde, dificultando a pesquisa em outras áreas.

P6	A Plataforma Brasil não é muito intuitiva de ser operada. Não fica claro, dentro da plataforma Brasil, os documentos preliminares que precisam ser anexados para que a pesquisa seja aprovada. Além disso, não fica evidente, também, quais informações devem constar no interior do projeto. A consulta à Secretaria do CEP e aos colegas de turma foi fundamental para dirimir algumas dúvidas. Mesmo estudando o processo e perguntando a colegas, meu projeto caiu em pendência. Consegui solucionar a pendência e, um mês depois, obtive a aprovação. Alguns colegas da minha turma tiveram tantas dificuldades, que desistiram de aplicar a pesquisa com seres humanos.
P7	Minha principal dificuldade ao utilizar a Plataforma Brasil foi após o envio equivocado do TCLE juntamente com o RCLE. Como não sabia qual era o correto, enviei os dois. Enviei mais uns dois ou três outros documentos que não eram necessários à minha pesquisa. Como as instruções dos pareceres nem sempre seguiam o formato que eu tinha acesso pela plataforma Brasil, tive muita dificuldade na exclusão dos arquivos. Entrei diversas vezes e excluí (ou achei que havia excluído) os documentos solicitados, mas logo recebia outro parecer pois os documentos ainda estavam lá. Após muito tentar, e com auxílio da Coordenadora do Mestrado, abri o sistema em outro navegador, repeti os processos, e finalmente comecei a ter êxito.
P8	Achei a plataforma Brasil difícil de navegar, com os diversos menus e submenus, às vezes não sabia qual resposta dar a algumas perguntas, pois não estava familiarizada com os termos usados e os manuais da plataforma Brasil não foram tão esclarecedores quanto eu esperava. A ausência de aulas explicando o que deveríamos colocar do nosso projeto nos tópicos parece ter contribuído para a dificuldade.
P9	Destaco que meu projeto ainda não foi apreciado pelo CEP até o presente momento. Considerei difícil o preenchimento do desenho do estudo e precisei de orientação de um colega que já concluiu o Mestrado ProfEPT para me ajudar a compreender como deveria preencher esse campo, mesmo com manual de preenchimento. Também quero destacar que cobrar o item hipótese na plataforma Brasil me rendeu problemas, pois fiquei confusa se deveria inserir no projeto de pesquisa. Inseri nele a hipótese e não foi considerado interessante por parte da banca de qualificação.
P10	As pendências foram tranquilas, mas não foi um processo fácil, muito burocrático necessitando de calma e estudo da plataforma Brasil.

P11	Primeiramente, penso que dentro do próprio mestrado deveria ter um minicurso ou oficina para submissão de projeto ao CEP, (digo sobre o IFSC, não sei de outras IAs. Digo isso, pelo tempo que perdemos com a submissão de projeto na plataforma Brasil. Justifico também pelo fato de muito nunca terem ter submetido um projeto antes, eu por exemplo nunca tive contato com a Plataforma Brasil (CEP), e quase 100% da minha turma também não. Percebi que muitos dos orientadores estão mais perdidos do que o orientando para acessar a plataforma Brasil e mesmo orientar o estudante, com mais precisão, para o projeto não voltar por questão bobas. Outra questão que impactou sobre o CEP, foi os prazos de submissão pois é CEP local, também deveria ser sinalizado com os mestrandos para a organização dos cronogramas. Enfim custei mas consegui submeter meu projeto, retornou para ajustes, que foram atendidos alguns e justificados a manutenção de outros. Após isso em menos de 7 dias recebi aprovação total.
P12	A maior dificuldade no meu ponto de vista foi a cobrança por parte do CEP por documentação assinada sendo que as que cobraram mandei com assinatura de todos.
P13	A documentação do CEP não é muito clara, o CEP da minha IA estava com problemas, precisei submeter em outro CEP que nunca testei, a orientadora não sabia submeter porque segundo ela "eu sou de História e lá não é muito comum", precisei usar a experiência que tive na graduação com o grupo de pesquisa e meu antigo orientador, a orientadora do programa simplesmente jogou outra orientanda para eu ajudar na submissão sem me perguntar primeiro se eu poderia, tive sorte da minha aprovação sair antes da plataforma Brasil dar problema, outros colegas foram reprovados sem critérios claros dos pareceristas e ficaram desesperados, cada dia a gente descobria algo novo com os pareceres dos colegas e corria para adequar antes de ser cobrado.
P14	Não é uma plataforma fácil de ser utilizada pela primeira vez. Os docentes não ajudam seus orientandos ficando tudo sob responsabilidade do estudante. Não há uma aula específica para a utilização da plataforma Brasil, já que qualquer documento inserido é fundamental. Também o template do projeto (brochura) do CEP é diferente do template utilizado pela instituição na disciplina para o projeto. O que acaba dificultando o processo pois o trabalho é dobrado ao ter que fazer dois arquivos diferentes da brochura. A plataforma Brasil não é lógica nem intuitiva no momento de excluir ou anexar documentos. Os documentos indicados no site não têm o mesmo nome ou não estão descritos na plataforma Brasil. Em suma creio que o site do ifsc, a disciplina de projeto de pesquisa e a plataforma Brasil deveriam estar em sintonia. O que não acontece levando muitos estudantes a submeterem seus projetos erroneamente e prejudicando-os.
P15	Percebo que os colegas têm dificuldade de ler instruções, como o manual de pendências comuns em protocolos de Ciências Humanas. A leitura deste documento me auxiliou para que eu não tivesse grandes problemas a resolver com o CEP.
P16	Seguindo as orientações achei simples, mas não acho adequada a plataforma para a na área de ciências humanas. As áreas de saber são variadas e a

	composição dos CEP poderiam ser formados por pares da área a ser analisada.

Fonte: elaboração própria

Primeiro, foi realizada uma pré-análise do material com a respostas fornecidas pelos pesquisadores e com isso se construiu o corpus analítico. Para a seleção do corpus, utilizou-se como princípio a regra da exaustividade, e todos os elementos textuais foram considerados na construção do corpus. A preparação foi realizada de forma que respostas iguais, mas expressas de formas diferentes fossem agrupadas em torno de um único significado. Logo, a expressão *comitê de ética* foi ajustada para que coincidisse com a expressão *CEP*. O mesmo foi feito com a sigla *PB*, que foi editada de forma a ser lida como *Plataforma Brasil*.

As categorias foram criadas a partir do método semântico, descrito por Bardin (2011), onde as palavras e os textos foram organizados de acordo com os temas evocados após uma leitura flutuante do material obtido e à contagem dos termos.

Os termos e a contagem de palavras foram extraídos utilizando o Iramuteq, um software criado por Pierre Ratinaud, inicialmente mantido em francês até 2009, mas que atualmente possui dicionários completos em várias línguas. Desenvolvido em Python e integrando funcionalidades do software estatístico R, o Iramuteq passou a ser utilizado no Brasil em 2013, especialmente em pesquisas sobre representações sociais. Desde então, outras áreas também adotaram seu uso, contribuindo para a divulgação das diversas possibilidades de processamento de dados qualitativos. O software possibilita diferentes formas de análise estatística de textos, com dados extraídos de entrevistas, documentos, entre outros (De Souza et al, 2018).

Serão expostas aqui as palavras de primeira ordem, as principais do corpus textual, que foram obtidas e assim classificadas por meio de um número de ocorrências mínima no corpus e sua relação com o problema de pesquisa. Elas estão expostas no quadro abaixo:

Quadro 4: Frequência de palavras

não	30
plataforma_brasil	19
projeto	18
cep	16
pesquisa	13
muito	10
documento	9

dever	8
área	7
submeter	7
pendência	7
mais	7
ficar	7
colega	7
vez	6
também	6
submissão	6
saber	6
parecer	6
dificuldade	6
achar	6
problema	5
mesmo	5
humano	5
como	5
tcle	4
questão	4
processo	4
preenchimento	4
precisar	4
orientador	4
nunca	4
manual	4

Fonte: elaboração própria

As categorias criadas para análise foram “Plataforma Brasil”, “Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)” e “Pendência”. A justificativa para o estabelecimento dessas três categorias se deu pelo problema de pesquisa e objetivos estabelecidos no início do projeto, além, claro, da frequência encontrada no corpus e em como os demais termos circulam em torno desses três eixos principais.

A Plataforma Brasil foi relacionada a termos como: difícil (P2, P3, P6, P7, P8, P9 e P14), lentidão ou problemas técnicos (P3, P5 e P13), foi destacado também o fato de ser direcionada à área da saúde (P4, P5, P16). Há ainda outros adjetivos e classificações mencionados como não funcional, desserviço, obrigatória, burocrática, não intuitiva.

Na categoria CEP o destaque fica para os pesquisadores que classificaram o processo com o CEP como rigoroso (P2 e P12), destacaram aspectos negativos no atendimento e informações prestadas (P1, P4 e P13). Houve um pesquisador que, em contrapartida, fez um destaque positivo para o atendimento como ponto importante em seu sucesso na submissão (P6), além da insuficiência de informações disponíveis no processo (P6, P11, P13 e P14). Um último destaque, que decidi incluir nessa categoria pela quase totalidade das instituições associadas do ProfEPT possuírem um comitê próprio, foi o relato de falta de conhecimento ou apoio institucional no processo, sobretudo por parte dos docentes, orientadores e o próprio conteúdo programático do curso (P8, P11, P13 e P14).

Na categoria pendências, houve relatos de problemas com o TCLE (P2, P3 e P7), pendências documentais (P7 e P12), além de pendências não especificadas (P4, P6, P7, P10 e P11). No geral, não houve aprofundamento nestas pendências. As queixas destinavam-se a expor um suposto rigor dos CEP nas análises dos protocolos.

Todos os resultados desta etapa da investigação permitiram o aprofundamento nas questões mais sensíveis aos pesquisadores e que mais foram citadas no questionário, elas guardam relação entre si e foram abordadas no curso, tanto de forma integrada, quanto de forma isolada, a fim de que possam ser superadas pelos participantes.

7.1 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Nesta subseção serão realizadas discussões mais aprofundadas acerca dos resultados expostos acima.

7.1.1 Processo de Submissão

Na primeira etapa do questionário, com as respostas geradas na escala Likert (Joshi, A. et al, 2014), observou-se que os pesquisadores tiveram níveis de dificuldade variados em relação às etapas. A depender da etapa, havia pesquisadores que marcaram a primeira opção da escala, onde alegavam não ter encontrado dificuldades e outros que marcaram a última, onde enfrentaram o maior grau de dificuldade possível.

A primeira seção do questionário diz respeito ao cadastro do pesquisador da Plataforma Brasil. Geralmente, este é o primeiro contato do pesquisador com o sistema. Porém, não há aqui nada de especial em relação a outros sistemas virtuais no que diz respeito ao cadastro de informações pessoais, a não ser por dois aspectos: a inclusão (*upload*) de documentos, quais

sejam eles: currículo lattes, documento de identidade e uma foto e; a escolha da instituição vinculada, onde o pesquisador deve procurar pelo nome da instituição ou pelo CNPJ. Este último momento é importante, pois ao cadastrar seu protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil, será pedido ao pesquisador que selecione a instituição proponente, que deverá ter sido previamente vinculada no momento de cadastramento do pesquisador no sistema. Nesta etapa, as escolhas ficaram majoritariamente entre as opções um a três da escala, tendo 44% dos pesquisadores escolhido a opção dois, "Não tive dificuldades, pois utilizei material de apoio para entender melhor o processo" e duas parcelas de 25% tendo escolhido as opções um e três.

Como destacado no parágrafo anterior, o fato de ser uma tarefa corriqueira ao ambiente de internet pode ter contribuído para que aproximadamente 70% dos respondentes não tenham declarado ter dificuldade no processo. Ainda assim, uma parcela considerável declarou ter tido dificuldade, mesmo utilizando material de apoio, e um dos pesquisadores selecionou o maior grau de dificuldade na escala. As hipóteses possíveis para a experiência ruim nesses casos, e que serão investigadas posteriormente, são os constantes problemas técnicos apresentados pela Plataforma, e uma particularidade apresentada que diz respeito ao fato de que os documentos anexados não podem conter caracteres especiais nem espaços entre as letras, o que pode ter causado confusão no momento de inclusão dos documentos pessoais.

As demais perguntas eram sobre o processo de submissão do protocolo de pesquisa em si, relacionadas a cada uma das seis etapas, os quais são divididas a Plataforma. A primeira delas, chamada de "Informações Preliminares", contém, já pré-preenchidas pelos dados fornecidos no momento do cadastro, informações pessoais do pesquisador e a possibilidade de inclusão de assistentes de pesquisa, e membros da equipe de pesquisa, que poderão auxiliar no processo de preenchimento dos dados do projeto, além de terem acesso aos resultados da análise pelo CEP. É logo nesta primeira etapa que o pesquisador deve selecionar a instituição proponente cadastrada como seu vínculo no início do processo.

Nesta etapa, novamente 44% dos pesquisadores escolheram a segunda opção da escala e declararam não terem tido dificuldade, pois usaram material de apoio, 31% disseram ter tido dificuldade mesmo utilizando material de apoio e os mesmos 25% da etapa anterior disseram não ter tido dificuldade no processo.

Na etapa seguinte, chamada na Plataforma Brasil de "Área de Estudo", o pesquisador deve selecionar, entre nove opções, até três classificações, dentre as grandes áreas do conhecimento classificadas pelo CNPQ, nas quais a temática do seu estudo se encaixa. Ainda

nesta etapa, o pesquisador deve incluir os títulos público e principal do seu trabalho. Há também a possibilidade de seleção de uma área temática especial, a maioria delas relacionada à área das ciências biomédicas, à exceção de duas mais abrangentes, que são “estudos com populações indígenas” e “Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro”.

Os resultados mostram que os pesquisadores, na média, tiveram um pouco mais de dificuldade nesta etapa. Apenas dois pesquisadores, 12,5% do total, declararam não ter enfrentado obstáculos no processo. Outros 44% disseram ter enfrentado dificuldade por terem usado material de apoio para realizar a submissão. Outros 37,5% alegaram ter enfrentado um pouco de dificuldade mesmo com a utilização de material de apoio, e um dos pesquisadores (6%) teve muita dificuldade, mesmo com a utilização de material de apoio. As dificuldades principais aqui devem estar relacionadas principalmente à caracterização da área de conhecimento de seu estudo, visto que para alguns pesquisadores, esta pode ter sido a primeira vez que se viu confrontado com esse questionamento durante o trabalho, e com a diferenciação entre título público e título principal da pesquisa, conceito não explorado comumente na área das Ciências Humanas e Sociais.

A terceira etapa de submissão, denominada “Desenho de Estudo/Apoio Financeiro” tem a maior parte das informações bloqueadas para edição de pesquisadores que não são da área biomédica. Nesta etapa, é obrigatório o preenchimento do desenho do estudo, além da inclusão do tipo de financiamento e das palavras-chaves do trabalho.

Nesta fase, os resultados evidenciam que os pesquisadores enfrentaram uma maior dificuldade no processo. Nenhum dos pesquisadores conseguiu prosseguir sem a utilização de material de apoio. 31% dos pesquisadores disseram não ter encontrado dificuldades por ter utilizado material de apoio, outros 31% encontraram um pouco de dificuldade, mesmo utilizando material de apoio, 20% tiveram bastante dificuldade, mesmo utilizando material de apoio e outros 20% selecionaram o maior grau na escala, ou seja, tiveram bastante dificuldade e, mesmo com a utilização de material de apoio, não conseguiriam prosseguir sem o auxílio de outra pessoa.

As dificuldades aqui estão relacionadas muito provavelmente ao desenho e ao apoio financeiro. A inclusão de palavras-chaves é tarefa obrigatória na escrita do projeto e não deve ser relacionada à submissão para revisão ética. Logo, o desenho e o financiamento desempenham papel relevante em relação às barreiras no preenchimento desta etapa.

O desenho de pesquisa refere-se ao plano ou estratégia elaborados para obter a informação desejada, seja em pesquisas de enfoque quantitativo, qualitativo ou misto, ou seja, em estudos que podem utilizar dois ou mais tipos de delineamento (Avila, 2023). De acordo com Lisboa (2019), deve conter os seguintes elementos: objeto de estudo, pergunta a ser respondida, teoria utilizada, fontes da pesquisa e método. Por muitas vezes, não é exigido do pesquisador, de maneira formal, a elaboração de um desenho de seu estudo, o que pode causar estranhamento e confusão ao se deparar com esta etapa na Plataforma Brasil. Em nosso trabalho, o pesquisador P9 menciona essa dificuldade ao relatar: "considerei difícil o preenchimento do desenho do estudo e precisei de orientação de um colega que já concluiu o Mestrado ProfEPT para me ajudar a compreender como deveria preencher esse campo, mesmo com manual de preenchimento."

Em relação ao financiamento, não há um entendimento claro entre os CEP de diferentes instituições de ensino acerca do papel de patrocinador do estudo. Algumas instituições públicas adotam a tese de que são patrocinadoras do estudo, em virtude do fornecimento da estrutura necessária para que o estudante possa seguir seu itinerário formativo em seu programa de pós-graduação. A própria CONEP edita documentos contraditórios entre si. O Manual de Usuários CEP, define como patrocinador principal instituição que fornece a maior parte do financiamento (Brasil, 2015), e utiliza como exemplo universidade, hospital etc. Já o Manual de Orientação de Pendências Comuns em Protocolos de Ciências Humanas e Sociais no Sistema CEP/CONEP, usa como exemplo de patrocinadores agências de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Brasil, 2023). Isso pode causar confusão no pesquisador ao preencher este campo. Um exemplo dessa divergência são os CEP do Colégio Pedro II e do IFRJ. O do Colégio Pedro II considera como patrocinador apenas instituições que, de fato, forneçam subsídio financeiro, como bolsas, para a realização da pesquisa. Já o IFRJ considera que a instituição proponente, por fornecer infraestrutura e subsídios materiais para a realização do estudo, é patrocinadora do trabalho. Desta forma, a análise e o preenchimento dependerão do CEP ao qual será destinado.

Na etapa quatro da submissão, chamada de "Detalhamento do Estudo", na maioria dos campos é solicitado ao pesquisador informações que já constem em seu projeto de pesquisa. São elas: resumo, introdução, objetivos primário e secundários, metodologia proposta, critérios de inclusão e exclusão e metodologia de análise de dados. É nesta etapa que há a obrigação de

inclusão de hipótese, e este campo deve ser preenchido com essa informação, ou substituído pelo problema – questão, pergunta – de pesquisa.

É nesta etapa que também devem ser incluídos os riscos e benefícios aos participantes da pesquisa. Geralmente, é apenas ao submeter seu projeto de pesquisa à revisão ética que o pesquisador se depara com essa obrigação.

Aqui, igualmente à etapa anterior, não houve ninguém que considerasse a etapa plenamente intuitiva, 37,5% dos pesquisadores escolheram a segunda opção, onde alegam não ter encontrado dificuldades, pois utilizaram material de apoio, 31,5%, encontraram um pouco, ainda que tenham utilizado material de apoio, e 25% declararam ter encontrado muita dificuldade, mesmo com a utilização de material de apoio e apenas um dos respondentes assumiu não ter prosseguido sem ajuda de outra pessoa.

Aqui podemos inferir que, com base nos campos de preenchimento solicitados nesta fase, as dificuldades principais estariam relacionadas à hipótese, como mencionado anteriormente, e aos riscos e benefícios da pesquisa. Como a Plataforma Brasil é majoritariamente direcionada a pesquisas na área biomédica e há dificuldade em se mensurar os riscos nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, os pesquisadores entendem que sua pesquisa não apresenta riscos. Porém, de acordo com Guilhem & Diniz (2008), há diferentes gradações de riscos que devem ser consideradas na avaliação de um projeto pelo CEP. Além disso, o sistema CEP/CONEP entende que toda pesquisa com seres humanos apresenta algum tipo de risco e considera como esse risco "a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente" (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, Inciso XXV). Desta forma, os pesquisadores não devem ignorar ou subestimar os riscos de sua pesquisa e como exemplo de riscos comuns na área das Ciências Humanas e Sociais podemos citar constrangimento, desconforto, estresse ou cansaço (Brasil, 2023).

Já em relação aos benefícios, uma confusão comum na submissão dos protocolos, e que gera pendências, é o pesquisador associar a expressão às benesses que serão geradas para o pesquisador ou sua pesquisa. A Resolução CNS nº 510, de 2016 em seu Art. 2º, Inciso III, expressamente diz que são "contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade", e não ao pesquisador. Uma outra hipótese possível é referente ao não domínio da própria pesquisa, ao realizar a submissão sem a escrita completa de etapas cruciais do projeto.

A penúltima etapa do processo de submissão é a denominada “outras informações”. Aqui são preenchidas informações tais como: quantidade e classificação dos grupos de participantes, dados da instituição coparticipante, se o estudo propõe ou não dispensa de TCLE (ou RCLE), além do cronograma e orçamento da pesquisa.

Neste estágio, um dos participantes (6%) selecionou a opção 1, 19% selecionaram a opção 2, 62,5% a opção 3, 12,5% a opção 4 e nenhum escolheu a opção de maior grau de dificuldade. Aqui há um campo de preenchimento característico da área biomédica, como o possível uso de amostras para armazenamento em banco. Além disso, é perguntado ao pesquisador se o estudo é multicêntrico, ou seja, que são aqueles coordenados por uma instituição central para serem conduzidos em diferentes localidades e centros de pesquisa (Guilhem & Diniz, 2008), em outras palavras, possuem mais de uma instituição proponente conduzindo o mesmo estudo. Outra informação importante diz respeito à dispensa do TCLE, que só pode ser aceita de acordo com o exposto na Resolução CNS nº 510/16, Art. 16, § 1º: “Os casos em que seja inviável o Registro de Consentimento ou do Assentimento Livre e Esclarecido ou em que este registro signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado.

A sexta e última etapa de perguntas dimensionadas pela Escala de Likert (Joshi, A. et al, 2014) acerca do processo de submissão de protocolos à Plataforma Brasil é relacionada à inclusão de documentos. Uma questão técnica e incomum na Plataforma e que pode ser relacionada aos problemas citados em relação às dificuldades do sistema é a não aceitação de determinados caracteres ao nomear os documentos. Além disso, não é permitido espaços entre os nomes, sendo necessário o uso do *underline* para separação na nomenclatura dos arquivos. Em relação à lista de documentos obrigatórios, ela é elencada de forma não taxativa na Norma Operacional 001/2013, ficando a respeito de cada CEP decidir pela adição ou não de mais documentos que sejam necessários para o processo de análise.

É importante destacar, antes de avançarmos à próxima subseção, que na análise dos dados obtidos, por vezes, faço correlações e os complemento com fatos e conhecimentos obtidos e observados na minha experiência profissional. Em suma, minha experiência profissional também foi incluída como dado para a pesquisa.

7.1.2 Experiência com o CEP e uso da Plataforma Brasil

As categorias criadas na análise de conteúdo, onde os participantes deveriam relatar sua experiência no processo de submissão de protocolos à revisão ética, foram as já citadas anteriormente, “Plataforma Brasil”, “Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)” e “Pendências”.

Na primeira categoria, a primeira subcategoria foi a denominada “difícil”. Aqui os participantes deram relatos como: “o preenchimento...torna-se difícil pela utilização de termos técnicos e a necessidade de inserir uma série de documentos”, “A Plataforma Brasil é um site extremamente difícil”, “alguns colegas da minha turma tiveram tantas dificuldades, que desistiram”, “minha principal dificuldade ao utilizar a Plataforma Brasil, foi após o envio equivocada do TCLE juntamente com o RCLE”, “achei a Plataforma Brasil difícil de navegar”, “considerei difícil o preenchimento do desenho do estudo” e “não é uma plataforma fácil de ser utilizada pela primeira vez”.

As dificuldades relatadas ancoram-se em alguns aspectos correlacionados entre si. Alguns comentários são em tom mais geral e direto, outros abordam alguma dimensão específica, como quando o pesquisador P7 relata ter encontrado dificuldades com o envio dos termos de consentimento, ou em alguma etapa de preenchimento, o caso do participante P9. Esses relatos foram importantes para conseguirmos entender os principais problemas enfrentados pelos pesquisadores e dessa forma, os incluir na construção do produto educacional.

A próxima subcategoria, denominada “lentidão ou problemas técnicos” englobou os trechos relacionados aos obstáculos de natureza técnica ao lidar com a Plataforma Brasil. Os trechos reunidos nesta categoria são: “A Plataforma Brasil é um site ... lento e nada funcional”; “passei por problemas técnicos algumas vezes na plataforma Brasil” e “antes da plataforma Brasil dar problema”.

A Plataforma Brasil, apesar de ter representado um importante avanço nos processos de revisão ética de projetos de pesquisa em território nacional, apresenta algumas complicações. São constantes os problemas técnicos, conforme evidenciado por parte dos pesquisadores nos relatos obtidos. Em minha experiência na atividade, observei diversas vezes essas situações, por motivos como instabilidade na rede, falhas de carregamento de páginas específicas, comandos essenciais para prosseguimento nas tarefas que estavam ocultos, dentre outros.

A terceira subcategoria criada dentro da categoria “Plataforma Brasil” foi definida como “direcionada à área da saúde”. Os relatos são os seguintes: “o fato da Plataforma Brasil ser inicialmente criada para pesquisas na área da saúde, muitos campos são desnecessários ou

descabidos na área de ensino"; "no manual, as orientações são direcionadas para as pesquisas da saúde e nós, mestrandos do profept ficamos perdidos"; "Acho relevante o fato da Plataforma Brasil ser bastante voltada para pesquisa na área da saúde, dificultando a pesquisa em outras áreas" e "não acho adequada a plataforma para a área de ciências humanas".

O sistema de revisão ética nacional foi todo estabelecido, inicialmente, sobre bases e princípios biomédicos, e até hoje, apesar de alguns avanços, como a edição da Resolução CNS 510/16, ainda não há, por exemplo, um sistema próprio para a área e a regulação da ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais apresenta diversas questões ainda pendentes (Nicacio, 2023).

Estas duas últimas subcategorias estão intrinsecamente ligadas à primeira. As diversas dificuldades relatadas pelos pesquisadores na primeira análise atravessam as questões de intercorrências técnicas e do enviesamento à área da saúde desse processo. A importância desses relatos contribuiu para que parte do desenvolvimento do produto educacional tivesse como foco essas questões e as abordasse no percurso do curso de extensão.

Há ainda uma última subcategoria classificada como "outros". Aqui decidi colocar adjetivos direcionados à categoria principal, Plataforma Brasil, que não foram incluídos nas outras categorias: "desserviço", "não funcional", "obrigatória", "burocrática" e "não intuitiva". Nota-se que todos esses adjetivos foram expressos por apenas dois dos participantes, mas que, por guardar relevância com a investigação do presente trabalho, visto que um dos objetivos é a investigação das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores na submissão de projetos à Plataforma Brasil, mostra a importância de darmos destaque ao sistema de submissão na construção do produto educacional. Por esse motivo, decidi incluí-lo como uma subcategoria, muito também por corroborar com a minha experiência no contato com os pesquisadores ao longo dos anos, que apesar de não sistemática, é marcante e relevante para o objetivo da pesquisa.

A categoria "CEP" foi a segunda criada nesta análise e as subcategorias foram chamadas de "rigor", "atendimento", "disponibilidade de informações" e "apoio institucional". Essa categoria foi elaborada tendo em vista os aspectos relativos ao próprio trabalho dos comitês e seus membros.

Na primeira subcategoria, os relatos são: "o CEP da minha instituição costuma rejeitar os projetos por detalhes pequenos como ausência de um número de página no TCLE" e "A maior dificuldade no meu ponto de vista foi a cobrança por parte do CEP por documentação

assinada sendo que as que cobraram mandei com assinatura de todos". Esses relatos são comumente associados a questões burocráticas que, ou não foram devidamente orientadas previamente, ou foram por falta de atenção aos procedimentos por parte do próprio pesquisador. Inclusive, há um relato, do pesquisador P15, que aborda essa questão ao dizer que "percebo que os colegas tem dificuldade de ler instruções". Apesar de não ser uma constatação absoluta, pois os pesquisadores enfrentam realidades materiais distintas ao encarar o processo, traz um ponto de vista sustentável.

A próxima subcategoria, "atendimento", vem abordar questões relacionadas ao atendimento do CEP e às informações passadas no processo de submissão ética. Os relatos são: "Deveriam dar um retorno mais rápido", "a pessoa que analisava meu projeto no cep não sabia me informar o motivo do erro, mesmo com todas as pendências cumpridas" e "outros colegas foram reprovados sem critérios claros dos pareceristas".

Os relatos prestados aqui dizem respeito basicamente à falta de clareza e celeridade por parte dos CEP ao darem um retorno aos pesquisadores, sem a contrapartida de uma orientação prévia que traduzisse as pendências apresentadas nos pareceres. Cabe destacar como relevante nesta subcategoria a importância de um atendimento fornecido com efetividade. O participante P6 declarou que "a consulta à secretaria do CEP e aos colegas de turma foi fundamental para dirimir algumas dúvidas". Isso é uma demonstração de o quão importante é um CEP atento e presente junto à comunidade acadêmica para que o pesquisador tenha uma submissão satisfatória e enfrente o processo de maneira mais tranquila.

A subcategoria seguinte, "disponibilidade de informações", trouxe os relatos: "Não fica claro os documentos preliminares que precisam ser anexados", "não ficam evidentes, também, quais informações devem constar no interior do projeto", "dentro do próprio mestrado deveria ter um minicurso ou oficina para submissão de projeto ao CEP", "A documentação do CEP não é muito clara", "Os documentos indicados no site não têm o mesmo nome ou não estão descritos na Plataforma Brasil".

Na subcategoria "apoio institucional" foram adicionados os relatos referentes à carência no apoio ao pesquisador por parte dos cursos, dentro das disciplinas e pelo próprio orientador. Os relatos foram: "A ausência de aulas explicando o que deveríamos colocar do nosso projeto nos tópicos parece ter contribuído para a dificuldade", "Percebi que muitos dos orientadores estão mais perdidos do que o orientando para acessar a plataforma Brasil e mesmo orientar o estudante", "a orientadora do programa simplesmente jogou outra orientanda para eu ajudar na

submissão", "Os docentes não ajudam seus orientandos ficando tudo sob responsabilidade do estudante" e ". Não há uma aula específica para a utilização da plataforma Brasil".

Ao analisar todas as subcategorias em conjunto, observamos a importância de os pesquisadores terem mais apoio no processo de submissão por parte dos CEP e das instituições. Desde as informações disponibilizadas de forma passiva, nos portais eletrônicos, quanto no atendimento direto, ativo, o pesquisador pode encontrar vários obstáculos. Ao analisar os relatos e associá-los às minhas experiências com pesquisadores em geral, parece haver uma frágil interlocução entre o CEP e os cursos e, muitas vezes, um desconhecimento da importância da tramitação ética pelo corpo docente.

É urgente que se mude a cultura institucional majoritária vigente que descredibiliza e subestima o processo de revisão ética nas pesquisas com seres humanos. Para isso é necessário um trabalho de conscientização robusto e continuado, e o curso de extensão fruto desta pesquisa também foca nesse aspecto ao tratar de temas como a importância do participante da pesquisa, o papel do CEP e o histórico da ética em pesquisa.

A última categoria criada são as "pendências", tão temidas no processo de submissão de protocolos. As subcategorias criadas aqui são: "TCLE", "pendências documentais" e "pendências não especificadas".

Na subcategoria TCLE, os relatos foram: "o CEP da minha instituição costuma rejeitar os projetos por detalhes pequenos como ausência de um número de página no TCLE", "Pendência com o TCLE", "envio equivocado do TCLE juntamente com o RCLE".

Na subcategoria "pendências documentais", destacamos os seguintes trechos: "Enviei mais uns dois ou três outros documentos que não eram necessários à minha pesquisa" e "cobrança por parte do CEP por documentação assinada sendo que as que cobraram mandei com assinatura de todos".

Na subcategoria "pendências não especificadas", destacaram-se os trechos: "foram mais de 3 análises com pendências", "meu projeto caiu em pendência", "As pendências foram tranquilas" e "meu projeto, retornou para ajustes". Por mais que não haja um aprofundamento nesta subcategoria, é importante observar, em conjunto com as demais, o quão comum é que os projetos entrem em pendência no processo de submissão de protocolos de pesquisa, e também a simplicidade destas pendências. Todas as informações fornecidas nesta categoria foram fundamentais no planejamento do curso, sobretudo nas demonstrações do processo de submissão.

Por fim, destaco que esta talvez tenha sido uma das mais importantes etapas do questionário, pois permitiu que os pesquisadores relatassem de forma livre sua experiência com o processo de submissão, e assim fornecessem informações preciosas. A sistematização destas informações serviu para direcionar os aspectos mais fundamentais e problemáticos aos pesquisadores e, assim, deram direcionamentos à elaboração do produto educacional.

8. PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo será apresentado o produto educacional da pesquisa (Apêndice D). É esperado que o curso de extensão proposto contribua para o desenvolvimento do Letramento Acadêmico de estudantes da EPT no processo de submissão de protocolos de pesquisa à Plataforma Brasil. Além da realização do curso de extensão, foi elaborado um outro material, no formato de palestra, com carga horária reduzida e que se adequa a situações específicas onde não seria possível atender com o curso de extensão.

8.1 Curso de extensão

O produto educacional vinculado à pesquisa em tela é um curso de extensão e foi elaborado a partir dos resultados coletados e analisados na primeira etapa da pesquisa.

O material atende as exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que determina que os produtos educacionais oriundos dos mestrados profissionais da área de ensino devem atender a quatro parâmetros. Sendo assim, para atender a estas conformidades o produto educacional terá: validação por uma banca de dissertação, registro no *International Standard Serial Number* (ISSN) e disponibilização tanto em bibliotecas de instituições públicas, quanto em repositório digital para livre download (CAPES, 2017).

A mesma instituição classifica os produtos educacionais em vários tipos, como por exemplo, Materiais Didáticos, Tecnologias Educacionais, Cursos e Programas de Formação, Projetos Pedagógicos, Recursos Audiovisuais etc (CAPES, 2016). O produto educacional a ser elaborado neste projeto está inserido na categoria Cursos de Curta Duração e Atividades de Extensão, que, por definição, são: “cursos, oficinas, ciclos de palestras, exposições diversas, olímpiadas, expedições, atividades de divulgação científica e outras; (CAPES, 2016, s.p.)

O produto educacional tem por finalidade promover o Letramento Acadêmico de pesquisadores da EPT no campo da ética em pesquisa e na submissão de protocolos de pesquisa

na Plataforma Brasil. Espera-se que pesquisadores que tenham contato com o material possam desenvolver suas pesquisas com um olhar atento para as questões que envolvam todos os aspectos éticos relacionados a seus projetos, mas, sobretudo, à integridade do participante da pesquisa e ao uso adequado da Plataforma Brasil.

O curso foi ofertado de modo híbrido, com parte da carga horária desenvolvida no ambiente Moodle e parte em encontros presenciais que ocorreram no prédio da Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) no Colégio Pedro II. Foram ofertados conceitos introdutórios sobre Letramento Acadêmico, destacando os diferentes tipos abordados na literatura e qual o enfoque predominante no processo de revisão ética. Os demais módulos abordaram discussões sobre ética em pesquisa, as normativas brasileiras acerca do assunto e o processo de submissão de protocolos de pesquisa à Plataforma Brasil.

Foram usados como referências textos, artigos acadêmicos, normativas e legislações que versam sobre a temática do curso. O curso foi realizado de forma síncrona com aulas expositivas, rodas de conversa e discussões em grupo, além de demonstrações práticas do uso da Plataforma Brasil e do preenchimento de documentos. De forma assíncrona, o material foi disponibilizado na forma de slides e textos, para discussão em fórum disponível no próprio ambiente.

8.1.1 Conteúdo Programático

O curso, com carga horária total de 20 horas, foi dividido em quatro semanas, sendo a primeira e a última presenciais e as outras duas intermediárias, remotas. O conteúdo programático do curso ficou da seguinte forma:

- Histórico da Ética em Pesquisa;
- Letramento Acadêmico;
- Principais Normativas Brasileiras que tratam da Ética em Pesquisa;
- Participante de Pesquisa (principais cuidados e documentos);
- Uso da Plataforma Brasil (cadastro de projetos e resolução de pendências).

As semanas do curso foram seccionadas conforme o quadro exposto abaixo

Quadro 5: Conteúdo do curso

CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO	METODOLOGIA/ ATIVIDADES	MATERIAL
3 horas	-Apresentação do minicurso, cronograma, método de avaliação e interação nos fóruns e referências bibliográficas. - Histórico da Ética em Pesquisa	-Interação presencial entre professores e participantes.	- Plano do minicurso - Slides com tópicos para discussão sobre o histórico da ética em pesquisa
4 horas	-Letramento Acadêmico	-Interação assíncrona em fórum semanal no AVA. -Interação síncrona em chats no AVA, quando a turma tiver disponibilidade e os/as alunos/as estiverem online.	-Slides de apresentação para o Letramento Acadêmico
7 horas	- Principais Normativas Brasileiras que tratam da Ética em Pesquisa (CNS 466/2012, CNS 510/2016, Norma Operacional 001/2013) - A importância do Participante de Pesquisa	-Interação assíncrona em fórum semanal no AVA. -Interação síncrona em chats, quando a turma tiver disponibilidade e os alunos estiverem online.	
6 horas	- Uso da Plataforma Brasil; - Roda de conversa com discussões de pendências frequentes encontradas nos protocolos; - Encerramento do curso	-Interação presencial entre professores e participantes para fechamento das atividades e avaliação do minicurso.	-Formulário para avaliação do minicurso

Fonte: elaboração própria

8.2 Palestra

O formato alternativo realizado foi o de palestra, com uma carga horária reduzida, de quatro horas, e com foco no processo de submissão. Este formato foi realizado em um evento numa turma do ProfEPT, campus Mesquita, do IFRJ e em outra turma do ProfEPT, no campus Tijuca II, do Colégio Pedro II.

O conteúdo da Palestra é o exposto abaixo:

- Histórico da Ética em Pesquisa;
- Letramento Acadêmico;
- Principais Normativas;
- A pesquisa e o participante;
- Os Comitês de Ética em Pesquisa;
- Plataforma Brasil;
- Simulação de submissão.

8.3 Avaliação do Produto Educacional

O curso de extensão foi ministrado do dia 23/08/2024 ao dia 13/09/2024 e, inicialmente, houve 30 inscritos. Porém, infelizmente, houve apenas dois participantes no primeiro dia do curso e, apesar de ter havido uma participação um pouco maior nos fóruns online, apenas um destes participantes retornou para o último encontro, onde foi entregue um questionário para avaliação do curso.

O questionário foi composto de questões fechadas, elaboradas numa escala de Likert (Joshi, A. et al, 2014) e de duas questões abertas, onde o participante poderia descrever os aspectos que achou relevante no curso e tecer críticas acerca do material e da abordagem adotada.

As questões fechadas eram avaliativas em uma escala gradativa de 1 a 5, onde 1 representava que o material estava inadequado à proposta sugerida e 5 representava que o material excedia as expectativas. As questões eram: “O objetivo está apresentado de forma clara:”, “O conteúdo está de acordo com a proposta sugerida:”, “A linguagem utilizada é de fácil compreensão para o público-alvo:”, “A linguagem utilizada é de fácil compreensão para o público-alvo:” e “Os slides estão adequados:”. Em todas as questões o participante presente escolheu a opção 5, onde demonstrou um grande grau de satisfação com o curso.

A primeira das questões abertas do questionário continha o seguinte texto: “avalie o material apresentado de uma forma geral. Comente sobre os aspectos que foram apresentados nas perguntas anteriores e outros que gostaria de abranger:” A resposta do participante foi a seguinte: “o tempo pode ser adaptado dependendo do formato. Por exemplo, se for um encontro de apenas um dia, talvez possa ter uma carga menor.”

O segundo questionamento consistia no texto: “quais contribuições ou alterações você indica para o aperfeiçoamento do produto educacional?”. O participante respondeu da seguinte maneira: “poderia este curso estar disponível em alguma plataforma online, tipo AVA-Mooc. Pois é um material rico e precisa ser compartilhado”

A avaliação geral do curso foi bastante positiva, e as sugestões fornecidas vão diretamente ao encontro dos problemas encontrados no percurso. Em primeiro lugar, a baixa adesão. Infelizmente, a expectativa era de um corpus maior de participantes, o que infelizmente não se concretizou. Talvez a carga horária extensa, aliada à necessidade de presencialidade, tenham afastado o público-alvo, formado majoritariamente por trabalhadores, com pouco tempo disponível para se fazerem presentes nos locais de realização do curso.

Ao se buscar alternativas para a problemática da carga-horária, tivemos a ideia de uma apresentação reduzida no formato de palestra, com foco nas questões mais sensíveis para os participantes. A vantagem, se comparado ao formato mais extenso, é que um maior número de pessoas seria impactado pelo assunto e pelos ensinamentos, e a desvantagem é que a conscientização ética a fim de atingir o Letramento Acadêmico poderia ficar prejudicada por conta de uma abordagem mais tecnicista do processo.

Uma outra sugestão apresentada é a de disponibilização online do material. Uma possibilidade é a realização de gravações das aulas para que sejam fornecidas em alguma plataforma livre ligada à educação e, desta forma, todos os interessados possam ter acesso de maneira facilitada.

8.4 Avaliação das palestras

As palestras, de carga horária aproximada de três horas, foram ministradas em duas turmas do ProfEPT. A primeira delas foi a do Colégio Pedro II, no campus Tijuca II, inserida na disciplina de Metodologia de Pesquisa, no dia 26 de setembro de 2024, e a outra turma foi a do IFRJ, na disciplina de Práticas Educativas, no dia 31 de outubro de 2024.

O foco da apresentação das palestras foram os temas relacionados à submissão dos projetos, com aproximadamente metade da carga horária destinada a falar sobre o assunto. As demais temáticas, como o histórico da ética em pesquisa, Letramento Acadêmico e as normativas, tiveram sua carga horária reduzida, justamente para que pudesse haver uma dedicação maior às outras temáticas, vistas como mais urgentes pelos alunos de pós-graduação. Porém, nada impede que em outros fóruns, com objetivos de discussão distintos, possa haver uma modificação na carga horária ou no enfoque aos demais assuntos menos explorados dessa vez.

A avaliação das palestras foi realizada da mesma forma que o curso de extensão, com a aplicação de um questionário contendo exatamente as mesmas questões. Houve um total de dez respondentes, sendo quatro alunos do ProfEPT do IFRJ e os outros seis do Colégio Pedro II. Para as questões fechadas, elaboradas na escala de Likert (Joshi, A. et al, 2014), onde a nota 5 indica que o material superou as expectativas e a nota 1 que o material está inadequado à proposta sugerida, os resultados foram os seguintes:

Na primeira questão: "Os objetivos estão apresentados de forma clara?", sete participantes selecionaram a opção 5 e outros três, a opção 4. Na questão seguinte, "O conteúdo está de acordo com a proposta sugerida?", oito escolheram a opção 5 e outros dois, a opção 4. Em "A linguagem utilizada é de fácil compreensão para o público-alvo?", seis optaram pela opção 5, três pela 4 e um dos presentes escolheu a opção 3. Quando perguntados se os slides estavam adequados, seis participantes escolheram a opção 5 e quatro, a opção 4. A penúltima perguntava aos participantes como classificavam a duração da palestra. Oito selecionaram a opção 5 e os outros dois, a opção 4. E o último questionamento era se "a divulgação atrai o usuário e facilita a compreensão". Nove dos dez participantes escolheram a opção 5 e um optou por escolher a opção 3. Nota-se que, com os resultados destas avaliações objetivas, mais de 90% dos participantes classificaram o curso de forma positiva em todos os aspectos questionados, o que indica uma boa aderência entre o público alvo e que, em uma perspectiva ampla, o material está adequado à proposta original.

As questões abertas serão expostas em dois quadros abaixo, onde os participantes serão nomeados e identificados da seguinte forma: A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9 e A10. Após isso, serão analisados o conteúdo das respostas de cada participante. Inicialmente serão destacados os comentários positivos e quais participantes realizaram a avaliação nesse sentido. Após isso, serão analisadas e agrupadas as críticas e sugestões de acordo com a similaridade

entre elas e, por fim, será feita uma análise sintetizada das respostas apresentadas em relação aos objetivos desta pesquisa. A primeira questão aberta, “Avalie o material apresentado de uma forma geral. Comente sobre os aspectos que foram apresentados nas perguntas anteriores e outros que gostaria de abranger”, foi respondida da seguinte forma:

A1	A pesquisa é relevante para os discentes que necessitam submeter pesquisas a Plataforma Brasil. Neste sentido, dialoga com a necessidade do público alvo que foi delineado na pesquisa em questão que gerou o produto educacional em tela.
A2	Não houve resposta
A3	Não houve resposta
A4	A palestra apresentada foi de grande valia para o processo de submissão do meu projeto de pesquisa. O palestrante foi muito solícito e respondeu todas minhas dúvidas. Aprendi sobre a história e a necessidade dos comitês de ética para pesquisa em humanos. Contribuiu como uma capacitação e melhor formação como estudante de mestrado. Obrigado!
A5	Considero que o material foi bem elaborado, era visualmente atrativo e transmitiu as informações necessárias e compatíveis com as dúvidas dos alunos. O que mais chamou minha atenção e despertou meu interesse foi ser um assunto que vai me ajudar em uma das futuras exigências do curso.
A6	Material utilizado claro e objetivo, só algumas dificuldades na compreensão durante a explanação face ao impedimento na leitura labial em alguns momentos.
A7	O tempo da palestra deveria ser um pouco maior, mas compreendo que diante do extenso conteúdo pode ficar cansativo! A palestra foi muito enriquecedora, com slides adequados ao tema e o palestrante demonstrou domínio sobre o conteúdo abordado!
A8	Não houve resposta
A9	Melhorias no exercício de uso da plataforma.
A10	A proposta é muito boa no geral e necessária.

Quadro 6: Avaliação do Produto Educacional

Fonte: elaboração própria

A última questão, com a seguinte redação: “Quais contribuições você indica para o aperfeiçoamento do produto educacional?”, tem suas respostas expostas abaixo:

Quadro 7: Contribuições para Aperfeiçoamento do Produto Educacional

A1	Diminuir a quantidade de textos nos slides.
A2	Não vejo necessidade, foi muito esclarecedor. Eu, que nunca tive contato com a plataforma, consegui visualizar bem as etapas.

A3	*Não houve resposta*
A4	o produto está muito bem formulado.
A5	Considero o produto ótimo!
A6	Que utilizasse uma sala com computadores para que cada aluno acessasse a Plataforma Brasil em tempo real.
A7	Minha sugestão seria ter uma opção que compreenda uma amplitude na abordagem ao acesso de outras línguas, como a língua de sinais (libras) ou utilização de legendas no decorrer da palestra!
A8	*Não houve resposta*
A9	Acessibilidade, com legendas por exemplo.
A10	Explicar fazendo o movimento exato de uma submissão.

Fonte: elaboração própria

Os participantes A3 e A8 não enviaram respostas nesta etapa de questões abertas do questionário e o A2 respondeu apenas a segunda questão. Na primeira questão, quase todos os respondentes, à exceção de A9, realizaram elogios e críticas positivas relacionadas à palestra. Toda a fala de A1 destaca a relevância da pesquisa e o direcionamento ao público-alvo do estudo. A4 destacou a importância para seu projeto de pesquisa e pontuou alguns destaques na apresentação, como o histórico e a importância da ética em pesquisa e, segundo suas próprias palavras, "contribuiu como uma capacitação e melhor formação como estudante de mestrado", indo ao encontro do objetivo de Letramento Acadêmico dos pesquisadores.

Ainda na primeira questão aberta do questionário, A5 disse que "o material foi bem elaborado, era visualmente atrativo e transmitiu as informações necessárias e compatíveis com as dúvidas dos alunos.". Destacou também ser um assunto que auxilia em uma etapa obrigatória do seu percurso acadêmico. A6 colocou como destaque a clareza e objetividade. A7 pontuou que a palestra foi enriquecedora, elogiou a adequação dos slides ao conteúdo proposto e o domínio do palestrante sobre o assunto. Por fim, A10 fez observações positivas de forma mais generalista.

Em relação às críticas, A6 relatou ter encontrado dificuldades pontuais de compreensão devido aos obstáculos da leitura labial. Nesse caso específico, essa fala é importante pois, A6 é uma pessoa surda, fato que só soube após o fim da palestra ao conversar com a pesquisadora. A7 achou o tempo insuficiente para abordar de forma completa o tema e A9 sugeriu "melhorias no exercício de uso da plataforma"

Na última questão do instrumento de avaliação, pediu-se aos pesquisadores que indicassem contribuições de melhorias para o produto educacional. A2, A4 e A5 não deram sugestões, apenas elogiaram o material. A1 sugeriu uma diminuição na quantidade de textos nos slides. A6 sugeriu que a palestra fosse ministrada numa sala com computadores, para que os participantes pudessem acompanhar, exatamente o que foi realizado no último módulo do curso de extensão, mas que não pôde ser replicado nas palestras por conta da infraestrutura dos *campi* onde foram ministradas.

A7 e A9 fizeram sugestões na direção da acessibilidade, onde indagaram a possibilidade de tradução do conteúdo verbalizado para Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou que se inclua legendas na apresentação, o que atualmente é inviável por limitações financeiras, logísticas e tecnológicas. No futuro, caso essas barreiras possam ser superadas, será um excelente incremento ao produto educacional e que possibilitará o alcance de um número maior e mais diverso de participantes.

A10 escreveu a seguinte sugestão: “Explicar fazendo o movimento exato de uma submissão.” Creio não ter interpretado bem essa fala, pois ao final da apresentação, é realizada exatamente uma simulação de submissão de protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil para que os pesquisadores já estejam familiarizados com o processo ao realizar seu primeiro envio no sistema.

Após leitura das avaliações, pode-se observar, felizmente, que o material vai na direção de cumprimento de seu papel em colaborar para o Letramento Acadêmico por meio da temática da ética em pesquisa. Os elogios e relatos de vários dos participantes indicam isso, sobretudo quando dizem que o material proporcionou um novo olhar sobre o assunto e em como contribuiu em sua formação. Os participantes puderam, desta forma, ampliar e consolidar seu Letramento Acadêmico. Em um sentido mais amplo, adquiriram uma visão clara sobre os processos e responsabilidades que permeiam a trajetória do estudante de pós-graduação, compreendendo a estrutura e as demandas desse percurso. Em um aspecto mais específico, focaram no processo de revisão ética de projetos de pesquisa, onde tiveram a chance de entender o propósito de cada etapa envolvida. Essa compreensão não apenas esclareceu as razões por trás das exigências éticas, mas também capacitou os participantes a enfrentar essa fase com maior consciência, segurança e preparo, contribuindo para uma atuação mais qualificada e reflexiva em suas pesquisas.

As sugestões relacionadas ao tempo de duração serão testadas e adaptadas em toda oportunidade de apresentação em fóruns e eventos realizados em instituições ligadas à EPT, sobretudo no IFRJ e no Colégio Pedro II. Além disso, em virtude do meu trabalho enquanto secretário de um comitê de ética, o produto educacional se tornará um compromisso pessoal e profissional perante à comunidade acadêmica vinculada à pós-graduação, onde poderá servir como um orientador do processo de revisão ética de protocolos de pesquisa e contribuirá com o Letramento Acadêmico dos pesquisadores de forma contínua, sendo aperfeiçoado constantemente nesse percurso.

9. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, inserida na perspectiva do Letramento Acadêmico, buscou explorar as principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores de pós-graduação no âmbito da EPT com a submissão de protocolos de pesquisa à Plataforma Brasil e, a partir da identificação destes desafios, se construiu um Produto Educacional no formato de curso de extensão com o intuito de promover o Letramento Acadêmico nesse cenário e assim, auxiliar e conscientizar estes pesquisadores acerca do processo de revisão de ética de forma abrangente.

Para atingir este propósito, utilizamos um questionário estruturado com questões abertas e fechadas que buscou, justamente, identificar estes obstáculos, e a partir dos resultados encontrados, analisados por meio da técnica Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), se criou o produto educacional deste trabalho, o curso de extensão.

O curso, com vinte horas de duração, foi construído de forma híbrida, ou seja, com parte da carga horária presencial e parte virtual. Contou com temas como o histórico da ética em pesquisa, Letramento Acadêmico e os relacionados mais diretamente ao processo de submissão de projetos junto à Plataforma Brasil.

Com baixa adesão inicial, o curso foi avaliado pelos participantes presentes de forma bem positiva. Porém, justamente pelo baixo quórum, o que de acordo com a avaliação, se deu pela dificuldade dos inscritos em comparecerem no horário estabelecido dos encontros presenciais, foi sugerida a criação de um formato totalmente virtual, além de adaptações para outros tipos de apresentações.

Com base nas avaliações e na experiência de ministração do curso, testamos o formato de palestra, com duração aproximada de quatro horas, e oferecida nas turmas do ProfEPT do

IFRJ e do Colégio Pedro II. Os participantes tiveram a oportunidade de avaliar o curso e os resultados obtidos indicaram que este formato também foi ao encontro dos objetivos propostos.

Tendo em vista a trajetória de construção do projeto e escrita da dissertação, com todo o arcabouço teórico que fundamentou o desenvolvimento do trabalho e com os resultados obtidos, pôde-se chegar à conclusão de que o produto educacional desenvolvido atingiu de forma bastante satisfatória os objetivos iniciais delimitados quando da construção do projeto. Os participantes tiveram a oportunidade de fortalecer o Letramento Acadêmico de forma ampla, ao compreenderem a importância dos processos e obrigações inerentes ao itinerário do aluno de pós-graduação e de forma específica no processo de revisão ética dos projetos de pesquisa ao poderem compreender os porquês de cada etapa do processo e como atravessar este estágio acadêmico de forma consciente e qualificada.

Ademais, este trabalho, bem como o produto educacional, de acordo com os resultados encontrados, tem a oportunidade de desmistificar as distorções que envolvem a Plataforma Brasil e permite que o público-alvo tenha um olhar realmente crítico sobre o processo, na real acepção da palavra, e embase essas críticas com argumentos bem fundamentados.

Em relação às perspectivas futuras, a produção oriunda de todo este esforço acadêmico de nada adiantará caso se torne apenas um registro para o portfólio do ProfEPT. A intenção é que o curso de extensão e seus derivados sejam contínuos perpetuadores de conhecimento acerca do processo de revisão ética e de submissão de protocolos de pesquisa à Plataforma Brasil. Assumo um compromisso de que o curso e a palestra oferecida serão aperfeiçoados e continuamente ofertados aos estudantes de pós-graduação das instituições públicas de nosso país, sobretudo os da EPT e em especial àqueles do Colégio Pedro II e IFRJ. Para que isso se torne possível, o processo de pesquisa será contínuo e permitirá que novos formatos sejam testados e disponibilizados, principalmente virtuais, para que haja a possibilidade ao acesso da maior quantidade possível de pessoas.

Por fim, finalizo este texto com a esperança de que sejamos, todos e todas, pesquisadores eticamente responsáveis, que estejamos cientes da importância de nossos trabalhos para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e preocupada com todos, sobretudo os mais vulneráveis. Que a tarefa de revisão ética não seja vista como uma mera formalidade burocrática e sim como uma parceira em nossa trajetória acadêmica enquanto pesquisadores a trazer o olhar, sobretudo, do cuidado e respeito com o participante de nossas pesquisas e as instituições envolvidas no processo.

10. REFERÊNCIAS

ABREU, T. L.; CAVALCANTE, I. F.; HENRIQUE, A. L. S.; A prática do tripé ensino, pesquisa e extensão para a formação dos docentes dos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 22, p.1-18, Nov. 2022. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12817/3397. Acesso em 12/11/2023.

AVILA, C. F. D. Desenhos De Pesquisa - Reflexões Sobre o Impacto da Lógica Inferencial na Metodologia do Trabalho Científico. Em: Avila, C. F. D.; Arévalo, A. (Eds.). **Métodos Y Técnicas De Investigación En Contextos De Alta Vulnerabilidad Político-Social Validez, Confiabilidad, Y Pertinencia**. Clacso, 2023. p. 73–82.

BARBOSA, A. S.; CORRALES, C. M.; SILLBERMANN, M. Controvérsias sobre a revisão ética de pesquisas em ciências humanas e sociais pelo Sistema CEP/Conep. **Revista Bioética**, v. 22, n. 3, p. 482–492, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bioet/a/vMXfX9cQqFxwFNdnCCLHRXp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 12/11/2023.

BARBOSA, C. A. **Regulamentação dos Comitês de Ética dm Pesquisa na Universidade Federal Da Bahia**. Universidade Federal Da Bahia, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26449/1/REGULAMENTAC%CC%A7A%CC%83O%20DOS%20COMITE%CC%82S%20DE%20E%CC%81TICA%20EM%20PESQUISA%20NA%20UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20DA%20BAHIA%20%282%29.pdf. Acesso em 12/11/2023.

BARBOSA, C. A.; VERAS, R. M. Perspectivas históricas dos comitês de ética em pesquisa no Brasil: Uma revisão da literatura. **Revista Saúde e Transformação Social**, v. 11, n. 2, p. 133–142, 2020. Disponível em: https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4215/5684. Acesso em 12/11/2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Grupo Almedina, 2011.

BATISTA, K. T. O Sistema Brasileiro de Revisão Ética em Pesquisa na Percepção de Pesquisadores do Distrito Federal: Análise Bioética**. Revista Brasileira de Bioética**, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/20621/19017. Acesso em 12/11/2023.

BEAUCHAMP, T.; CHILDRESS, J. **Princípios da Ética Biomédica**. Editora Loyola, 1979.

BENDATI, M. M. A. **O Papel Educativo dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos nos Institutos Federais: Contribuições Para a Formação Profissional e Tecnológica**. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10392/pdf. Acesso em 12/11/2023.

BENTO, S. A. F. **Funcionamento dos Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil**. Universidade Estadual de Campinas, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2010.776012. Acesso em 12/11/2023.

BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx,Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 45, p. 101–126, jul/set 2017. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12747/8779. Acesso em 12/11/2023.

BRAMBILA, G. A Experiência Singular na Pesquisa em Letramento Acadêmico: Focalizando o Processo da Escrita na Pós-Graduação. **PERcursos Linguísticos - Vitória (ES)**, v. 12, n. 31, p. 80–97, 2022 [s.d.]. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/38637/25716. Acesso em 12/11/2023.

BRASIL, CAPES. **Grupo de trabalho Produção Técnica**. Brasília, 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf/@@download/file. Acesso em 12/11/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde: **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.** Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep?view=default. Acesso em: 16/10/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde: **Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Editora MS, 2007. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual_Operacional_miolo.pdf. Acesso em 12/11/2023.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Pendências Comuns em Protocolos de Ciências Humanas e Sociais no Sistema CEP/CONEP**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, 2023 [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/cepcpii/files/2023/01/Manual_de_Orientacao_Pendencias_comuns_em_protocolos_CHS_versao_23102023-1.pdf>. Acesso em 30/10/2024

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde: **Diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa em seres humanos: Resolução 466/12**. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em 12/11/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde: **Manual de Usuário CEP (Comitê de Ética em Pesquisa)**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. 2015. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/PLATAFORMA_BRASIL_MANUAIS/2_-_Manual_CEP_-_Vers%C3%A3o_3.2.52.PDF. Acesso em 12/11/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde: **Regulamenta as pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais: Resolução 510/16**. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em 12/11/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde: Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep.**: Resolução 674/22**. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/Resolucoes/2022/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_674_DE_6_DE_MAIO_DE_2022__.pdf. Acesso em: 12/11/2023.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 28/10/2023.

BRASIL. **Plataforma Brasil**, s.d. Disponível em https://plataformabrasil.saude.gov.br/. Acesso em 27/01/2025.

CAMPOS, R. H. F. A pesquisa em ciências humanas, ciências sociais e educação: questões éticas suscitadas pela regulamentação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 46, n. 217224, p. 1–20, 2020. Disponível: https://www.scielo.br/j/ep/a/rW5zGgNXH4nQbXNYCWL4KKC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 12/11/2023.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303. Acesso em 20/09/2023.

CUNHA, S. E. **Estatística descritiva: na psicologia e na educação**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

DA COSTA JÚNIOR, J. F. et al. Um estudo sobre o uso da escala de Likert na coleta de dados qualitativos e sua correlação com as ferramentas estatísticas. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 1, p. 360–374, 2024.

DA SILVA LEMOS, P. B. **Elaboração e Validação de uma Cartilha Sobre Ética em Pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará Campus Fortaleza, 2020. Disponível em: biblioteca.ifce.edu.br/index.asp?codigo_sophia=88622. Acesso em 12/11/2023.

DE ALMEIDA NETO, J. B.; FRANCO, T. B. Análise das publicações sobre os comitês de ética em pesquisa em Scientific Electronic Library Online (Scielo). **Revista Latinoamericana de Bioética**, v. 19, n. 1, p. 27–50, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/1270/127063727004/127063727004.pdf. Acesso 12/11/2023.

DE FREITAS, C. B. D. **O sistema de avaliação da ética em pesquisa no Brasil: estudo dos conhecimentos e práticas de lideranças de Comitês de Ética em Pesquisa**. Universidade de São Paulo, 2006. Acesso em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-17042007-090618/publico/corinabontempoducadefreitas.pdf. Disponível em: 12/11/2023.

DE FREITAS, C. B. D.; LOBO, M.; HOSSNE, W. S. Oito anos de evolução: um balanço do sistema CEP-Conep. **Cadernos de Ética em Pesquisa**, v. 16, p. 20–30, 2005. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/07/1281444/artigo32005.pdf. Acesso em 12/11/2023.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**.v. 2, n° 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6-19. Disponível em https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383/343. Acesso em 12/11/2023.

DE LOURDES FRISO SANTOS GASPAR, G**. A Bioética e as Pesquisas com Seres Humanos – uma análise sob a ótica dos Direitos Humanos e da dignidade da pessoa humana.** Universidade Nove de Julho, 2014. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ae8e20f2c7accb99. Acesso em 12/11/2023.

DE OLIVEIRA, P. H.; DOS ANJOS FILHO, R. N. Bioética e pesquisas em seres humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 101, p. 1187–1227, 2006. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67739/70347/. Acesso em 12/11/2023.

DE QUEIROZ DIAS JÁCOME, M.; DE ARAUJO, T. C. C. F.; GARRAFA, V. Comitês de ética em pesquisa no Brasil: estudo com coordenadores. **Revista Bioética**, v. 25, n. 1, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bioet/a/tCdYkcpk3d3TM4bCzpG6JWp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 12/11/2023.

DE SOUZA, M. A. R. et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, n. 03353, p. 1–7, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/pPCgsCCgX7t7mZWfp6QfCcC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 04/10/2024

DE SOUZA MACHADO E SILVA FILHO, C. Os princípios bioéticos. **Residência Pedriátrica**, v. 7, n. 1, p. 39–41, 2017. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/residenciapediatrica.com.br/pdf/v7n1a09.pdf. Acesso em: 12/11/2023.

DE VASCONCELOS, A.M. (09 de março de 2022). *1 vídeo (4:59). Iramuteq 5 - Estatísticas Textuais.* Fonte: Publicado pelo canal Alexandre Vasconcelos: https: https://www.youtube.com/watch?v=OFr8JbFiWD4

DINIZ, D., SUGAI, A. S., SERRUYA, S. J., & MACHADO, C. J. S. Ética em pesquisa – Temas globais. **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde**, v. 2, Sup. 1, 2008. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/969/1678. Acesso em 12/11/2023.

FERREIRA, W. J.; BENTES, H. V. A Relevância da Formação Ética na Educação Profissional e Tecnológica nos Cursos de Emi do IFPA Campus Belém. **Regressão Social e**

Resistência da Classe Trabalhadora, p. 1–12, 2019. Disponível em: https://repositorio.ifpa.edu.br/jspui/handle/prefix/244. Acesso em 12/11/2023.

FRANCISCO, D. J.; SANTANA, L. Resolução 510/2016: Reflexões desde a inserção em um Comitê de Ética em Pesquisa. **Revista Mundaú**, v. 2, p. 67–79, 2017. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/3315/2575. Acesso em 12/11/2023.

FRIGOTTO, G. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e prática. In. **Trabalho e Conhecimento**: Dilemas na educação do trabalhador. 2ª Ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no Mundo do Trabalho e o Ensino Médio.** IN FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005 (p. 57- 82) Disponível em http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/EducacaoMII/2SF/2-Frigotto2008.pdf. Acesso em 14/10/2023.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12/11/2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas, 2017.

GODOY, Alexandra Santos. **Reabilitação na amputação decorrente a malformação congênita**> Focomelia. Santa Maria, RS. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/1889. Acesso em: 12/11/2023.

GUILHEM, D.; DINIZ, D. **O que é ética em pesquisa (primeiros passos)**. Brasiliense, 2008.

HARAYAMA, R. M. **Do ponto de vista do sujeito da pesquisa: Evento e Cultura material em um Comitê de Ética em Pesquisa**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-92AF2G/1/do_ponto_de_vista_do_sujeito_da_pesquisa_rui_harayama.pdf. Acesso em: 12/11/2023.

HILDENBRAND, J. G.; DA SILVA FACEIRA, L.; SANT'ANNA, S. M. Detenção: As Relações De Poder Entre Encarcerados E Carcereiros A Partir Dos Estudos De Goffman E Foucault. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 11, n. 02, p. 55–71, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n2p55/28099. Acesso em: 12/11/2023.

IFES, ProfEPT, **Regulamento geral do curso**, 01 de agosto de 2023. Disponível em https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16478-regulamento2023. Acesso em 28/10/2023.

JÁCOME, M. Q. D **Análise dos Comitês De Ética em Pesquisa no Brasil: Percepção de seus Coordenadores e Membros**. Universidade de Brasília, 2013. Acesso em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/4781/3/Tese_MariliaQueirozDiasJacome_2013.pdf. Acesso em: 12/11/2023.

JOSHI, A. ET AL. Likert Scale: Explored and Explained. **British Journal of Applied Science & Technology,** v. 7, n. 4, p. 396-403, 2015.

JÚNIOR, I. J. A. **Ética e integridade na pesquisa: um curso on-line para jovens pesquisadores**. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul Campus Campo Grande, 2021. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597526. Acesso em 12/11/2023.

KOTTOW, M. História da ética em pesquisa com seres humanos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 2, n. 1, p. 7–18, 2008. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/863/1505. Acesso em 12/11/2023.

LANZARINI GOUY, C. M.; PORTO, T. F.; PENIDO, C. Avaliação de ensaios clínicos no Brasil: histórico e atualidades. **Revista Bioética**, v. 26, n. 3, p. 350–359, 2018. Disponível em https://www.scielo.br/j/bioet/a/Bhk4bDL8wYTZtPc6PrpWycQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 12/11/2023.

LEA, M. R; STREET, B. V. The 'Academic Literacies' Model: Theory and Applications. **Theory Into Practice**, v. 45, n. 4, p. 368–77, 2006. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79407/95916. Acesso em: 12/11/2023.

LEITE, A. P. R. **Ética na Pesquisa em Administração**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12074/1/%C3%89ticaPesquisaAdministracao_Leite_2012.pdf. Acesso em: 12/11/2023.

LI, D. A review of academic literacy research development: from 2002 to 2019. **Asian. J. Second. Foreign. Lang. Educ**., v. 7, n. 5, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s40862-022-00130-z. Acesso em 12/11/2023.

LISBOA, M. T. Elementos para Elaboração de um Desenho de Pesquisa. **Mural Internacional**, v. 10, n. 38439, p. 1–14, 2019.

LORETTO, N. R.M. Plataforma Brasil: limites e desafios. **Rev. cir. traumatol. buco-maxilo-fac,** vol.12, n.1, p. 7-9, 2012. Disponível em: http://revodonto.bvsalud.org/pdf/rctbmf/v12n1/a01v12n1.pdf. Acesso em 12/11/2023.

MAINARDES, J.; CURY, C. R. J. Ética na pesquisa: princípios gerais. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019, p 24-29. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_jul.pdf. Acesso em 12/11/2023.

MARX, K. **O capital (Crítica da economia política). Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: ____ (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTTA, E. S. **Ética nas Pesquisas com Seres Humanos: análise das experiências de egressos do ProfEPT - Ifes, Campus Vitória**. Universidade Federal da Bahia, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36914. Acesso em 12/11/2023.

NICACIO, E. M. O processo de avaliação ética de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: considerações sobre uma peculiaridade brasileira. **Práxis Educativa**, v. 18, n. 21663, p. 1–23, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v18/1809-4309-praxis-18-e21663.pdf

NOVAES, M. R. C.; GUILHEM, D.; LOLAS., F. Dez Anos de Experiência do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Brasil. **Acta Bioeth**., v. 14, n. 2, p. 185–192, 1 jan. 2008. Disponível em: https://www.scielo.cl/pdf/abioeth/v14n2/art08.pdf. Acesso em 12/11/2023.

NOVOA, P. C. R. O que muda na Ética em Pesquisa no Brasil: resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. **Einstein (São Paulo)**, v. 12, n. 1, p. Editorial, Janeiro-Fevereiro 2014. Disponível em: https://journal.einstein.br/wp-content/uploads/articles_xml/1679-4508-eins-S1679-45082014000100001/1679-4508-eins-S1679-45082014000100001-pt.pdf. Acesso em: 12/11/2023.

OLIVEIRA, E. F. Letramento Acadêmico: Principais Abordagens sobre a Escrita dos Alunos no Ensino Superior. **Nossas letras na história da educação : caderno de resumos do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP Mariana, Minas Gerais**, p. 1–10, 2009. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/15021/10970. Acesso em 12/11/2023.

OLIVEIRA, P. H. DE, & ANJOS FILHO, R. N. DOS. Bioética e pesquisas em seres humanos. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, 101, p. 1187-1227, 2006. Acesso em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67739/70347. Acesso: 12/11/2023.

OLIVEIRA, R. K. F. Ética tributária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/27805. Acesso em: 12/11/2023.

PEREIRA, L. A. C. A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais no Contexto Regional: Diálogos com o Desenvolvimento. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 90–105, 2017. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/361/321. Acesso em: 12/11/2023.

PERUCCHI, V.; MUELLER, S. P. M. Características das atividades de pesquisa dos professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 20, n. 44, p. 73–88, 10 Inverno 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n44p73/30429. Acesso em 12/11/2023.

RAMOS, F. R. S. et al. Desafios atuais da bioética brasileira. **Revista Bioética**, v. 27, n. 3, p. 446–454, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bioet/a/5CDZjm3cZvQj8pXfFTfK5bt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 12/11/2023.

RIO VERDE (GO). Edital Nº 02 de 20 de outubro de 2021. [Programa de Monitoria de Laboratórios]. **Instituto Federal de Goiás** – Campus Rio Verde. Disponível em: https://sistemas.ifgoiano.edu.br/selecao_ifgoiano/views/anexo.php?id_documento=6064&id_selecao=489. Acesso em: 12/11/2023.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxpxrzCX5GYtgFpr7VbhG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12/11/2023.

SAVIANI, D. História, trabalho e educação: comentário sobre as controvérsias internas ao campo marxista. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 4-14, dez. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9448/6880. Acesso em: 12/11/2023.

SILVA, É. Q.; PORTELA, S. C. O. Ética em Pesquisa: Análise das (in)adequações do atual sistema de revisão ética concernentes à pesquisa social. **Revista Mundaú**, v. 2, p. 38–53, 2017. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/2929/2581. Acesso em: 12/11/2023.

TUMOLO, P. S. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 443-481, maio/ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gtdGjvhBP9scjSHJyCM3nhg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12/11/2023.

VIANNA, J. A. R.; ROCHA, L. E. Comparação do código de ética médica do Brasil e de 11 países. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 52, n. 6, p. 435–440, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ramb/a/FfVNVxLsjHjNdGNhtSgw9Cx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12/11/2023.

WERNER, J. A.; VELHO, M. T. C. O sistema CEP/CONEP no Brasil: discurso e realidade dez anos depois. **Revista do Direito**, v. 29, p. 166–180, 2008. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/565/461. Acesso em 12/11/2023

APÊNDICE A – RCLE

Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

(De acordo com as Normas das Resoluções CNS nº 510/16)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa "Letramento Acadêmico para a Ética em Pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)". **Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa. O projeto consiste em tentar promover o Letramento Acadêmico, em especial sobre a prática da ética em pesquisa entre os pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica.** O objetivo deste estudo é promover o Letramento Acadêmico, aplicando princípios éticos na pesquisa sob o recorte dos pesquisadores da EPT. **Entre outras atividades pretendemos que você responda a um questionário acerca da sua experiência com a submissão de projetos à Plataforma Brasil, caso possua. Os critérios para sua participação na pesquisa é você ter participado ou participar de algum programa de pós-graduação direcionado à EPT e ter submetido projeto a algum Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).** Sua participação não é obrigatória. **Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto** "Letramento Acadêmico para a Ética em Pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)"**, será de forma voluntária. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.** Os riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa são mínimos, você pode experimentar desconforto ou dificuldade ao acessar e responder o questionário. Além disso, pode sentir cansaço, estresse ou aborrecimento devido ao número de perguntas a serem respondidas ou podem vivenciar alterações na autoestima relacionadas à evocação de memórias relacionadas às suas práticas durante o processo de revisão ética ou à reflexão sobre sua situação profissional ou como mestrando. Existe também um risco inerente a todas as pesquisas com seres humanos, que é o risco de quebra de sigilo. O pesquisador se compromete a garantir o sigilo das informações e a tomar todas as medidas possíveis para mantê-lo. Serão tomadas as seguintes providências para evitá-los/minimizá-los: o pesquisador se compromete a respeitar seus valores, hábitos e costumes. Você tem a opção de não responder às perguntas com as quais não se sinta confortável. Além disso, o pesquisador garante a confidencialidade das informações fornecidas e a sua privacidade, assegurando que elas não serão usadas para prejudicar as pessoas ou resultar em estigmatização. O pesquisador também está disponível para esclarecer dúvidas e oferecer orientações, caso necessário. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é importante para que, por meio de suas respostas, possamos obter subsídios para a elaboração de um produto educacional que promova o Letramento Acadêmico dos pesquisadores no processo de revisão ética de seus projetos de pesquisa. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar a sua identificação em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos. Você tem direito de conhecer e acompanhar os resultados dessa pesquisa. Participar desta pesquisa **não** implicará em nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação. Você será ressarcido de qualquer custo que tiver relativo à pesquisa e será indenizado por danos eventuais decorrentes da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via assinada pelo pesquisador, que deverá ser guardada, com o e-mail de contato destes pesquisadores que participarão da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa que a aprovou, para maiores esclarecimentos. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rua Buenos Aires, 256, Cobertura, Centro, Rio de Janeiro- telefone 3293-6034 de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 horas, ou por meio do e-mail: cep@ifrj.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição e tem como uma das principais funções proteger os participantes de qualquer problema. Esse documento possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável.

_____

Assinatura do pesquisador

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Nome do pesquisador: Milton Luiz Barroso Anterio

Tel: (21)98693-8458

E-mail: barrosoanterio@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios da pesquisa e os meus direitos como participante da pesquisa e que concordo em participar.

_____

Nome do Participante da pesquisa

_____

Assinatura do Participante

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS 1

Prezado (a) participante,

O principal objetivo deste questionário é realizar um levantamento das principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores no processo de submissão de protocolos de pesquisa à Plataforma Brasil. Os dados obtidos serão utilizados na elaboração de um Curso de Extensão, com o intuito de colaborar com o Letramento Acadêmico de pesquisadores nesta etapa de seu percurso acadêmico. Muito obrigado pela sua colaboração!

Milton Luiz Barroso Anterio

PARTE I: Levantamento do Perfil

Nome:

Idade:

Área de seu Curso Superior:

Participa ou participou do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)?

( ) Sim

( ) Não

---------- Caso a resposta seja “não”, encerrar aqui ----------

Como participa ou participou do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)?

( ) Estudante

( ) Docente

A qual Instituição Associada está/esteve vinculado(a):

_____

Quando integrante do ProfEPT, submeteu projeto a algum Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)?

( ) Sim

( ) Não

---------- Caso a resposta seja “não”, encerrar aqui ----------

Este CEP estava vinculado ao sistema CEP/CONEP? Ou seja, foi submetido por meio da Plataforma Brasil?

( ) Sim

( ) Não

---------- Caso a resposta seja “não”, encerrar aqui ----------

PARTE II: Processo de submissão à Plataforma Brasil

As próximas perguntas serão sobre o processo de submissão à Plataforma Brasil e deverão ser classificadas numa escala de 1 a 5 da seguinte forma:

1 – Não tive dificuldades. O processo foi intuitivo e não precisei utilizar nenhum material de apoio.

2 – Não tive dificuldades, pois utilizei material de apoio para entender melhor o processo.

3 – Tive um pouco de dificuldade, mesmo utilizando material de apoio.

4 – Tive bastante dificuldade, mesmo utilizando material de apoio.

5 – Tive bastante dificuldade e, mesmo utilizando material de apoio, não consegui prosseguir sem a orientação de outra pessoa (colega, docente, secretário etc.).

Classifique o processo de cadastro do seu processo, em relação à:

Criação da conta do pesquisador na Plataforma Brasil.

1	2	3	4	5

Etapa 1 (Informações Preliminares).

1	2	3	4	5

Etapa 2 (Área de Estudo).

1	2	3	4	5

Etapa 3 (Desenho de Estudo/Apoio Financeiro).

1	2	3	4	5

Etapa 4 (Detalhamento do Estudo).

1	2	3	4	5

Etapa 5 (Outras Informações).

1	2	3	4	5

Etapa 6 (Finalizar).

1	2	3	4	5

Caso tenha precisado de apoio de outra pessoa, informe quais foram as pessoas (orientador, colega de turma, secretário do CEP etc): _____

Informe o tempo médio da:

-análise (s) documental de seu projeto _____

-aprovação documental até a emissão do parecer consubstanciado_____

Qual o parecer recebido na primeira submissão de seu projeto no ProfEPT submetido à Plataforma Brasil?

( ) Aprovado sem pendências éticas.

( ) Aprovado após pendências.

( ) Não aprovado.

De uma maneira geral, como você classifica sua experiência com a Plataforma Brasil?

Excelente	Bom	Regular	Difícil	Muito difícil

Use este espaço para detalhar sua experiência com o uso da Plataforma Brasil ou outras informações que julgue relevantes.

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS 2

Avaliação do Produto Educacional

Prezado (a) participante,

O principal objetivo deste questionário é realizar uma avaliação do Produto Educacional. Com os dados coletados, serão realizadas modificações no material com a finalidade de aperfeiçoá-lo. Muito obrigado pela sua colaboração!

Milton Luiz Barroso Anterio

Parte I – Perfil de atuação no CEP

Idade:

CEP onde atua:

Função no CEP:

Tempo de atuação no CEP:

Cargo na instituição:

Formação acadêmica:

Área de conhecimento:

Participou de alguma capacitação ou evento educativo sobre ética em pesquisa?

( ) Sim ( ) Não

Parte II – Avaliação do produto educacional

Avalie o material de acordo com os critérios apresentados numa escala de 1 a 5, onde 5 representa que o material supera as expectativas e 1 representa que o material está inadequado à proposta sugerida.

O objetivo está apresentado de forma clara:

1	2	3	4	5

O conteúdo está de acordo com a proposta sugerida:

1	2	3	4	5

A linguagem utilizada é de fácil compreensão para o público-alvo:

1	2	3	4	5

A divulgação atrai o usuário e facilita a compreensão:

1	2	3	4	5

Os *slides* estão adequados:

1	2	3	4	5

De uma forma geral, como você avalia o material apresentado.

Quais contribuições ou alterações você sugere para o aperfeiçoamento do produto educacional?

APÊNDICE D – ACESSO AOS SLIDES DO PRODUTO EDUCACIONAL: *LETRAMENTO ACADÊMICO PARA A ÉTICA EM PESQUISA NA EPT*

Aula 1 – Histórico da Ética em Pesquisa:
https://www.canva.com/design/DAGN3l7zj84/F_4m3FKXU-sJFLC4PwZ8HA/edit?utm_content=DAGN3l7zj84&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton

Aula 2 – Letramento Acadêmico:
https://www.canva.com/design/DAGMb0wmvUg/pGXkkatFwgnYZ52HyHmbUQ/edit?utm_content=DAGMb0wmvUg&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton

Aula 3 – Principais Normativas, Importância do Participante e a Plataforma Brasil:
https://www.canva.com/design/DAGMSF19uJU/svBJGXn8wvnESG3d7zcguw/edit?utm_content=DAGMSF19uJU&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton